

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Título: "A LENTA DESAGREGAÇÃO DO CORONELISMO - UM ESTUDO  
DE CASO - 1952/1974".

MARIA APARECIDA BARBOSA CARNEIRO

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Agosto de 1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Sociologia, com área de  
Concentração em Sociologia Rural da  
Universidade Federal da Paraíba em  
cumprimento às exigências para ob  
tenção ao Grau de Mestre.

Título da Dissertação: "A LENTA DESAGREGAÇÃO DO CORONELISMO  
- UM ESTUDO DE CASO - 1952/1974"

Orientadora: Gisélia Potengi

Aluna: MARIA APARECIDA BARBOSA CARNEIRO

MARIA APARECIDA EARBOSA CARNEIRO

Título da Dissertação: A LENTA DESAGREGAÇÃO DO CORONELISMO  
- UM ESTUDO DE CASO - 1952/1974".

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Agosto de 1988

## Í N D I C E

	<u>Página</u>
DEDICATÓRIA	
RESUMO	
AGRADECIMENTOS	
INTRODUÇÃO	01
1. PROBLEMÁTICA E OBJETO DE ESTUDO.....	01
2. METODOLOGIA.....	21
<b>I. CAPÍTULO</b>	
O ESTUDO DE CASO.....	32
1.1 - Estudo de Caso: Limoeiro e Chico Heráclio....	32
1.2 - Padrão da Dominação Pessoal de Chico Heráclio	44
<b>II. CAPÍTULO</b>	
CHICO HERÁCLIO DE LIMOEIRO OU LIMOEIRO DE CHICO HE RÁCLIO? (1937-1952).....	59
2.1 - Breve Consideração sobre a Natureza do Poder.	59
2.2 - O "Olho D'Água" do Poder Local.....	61
<b>III. CAPÍTULO</b>	
DECADÊNCIA POLÍTICA DO CORONEL CHICO HERÁCLIO.....	75
3.1 - Redefinições da Política Estadual de Pernambu co.....	75
3.2 - Limoeiro Começa a Mudar e Agora Chico Herá clio?.....	85
CONCLUSÕES	96
ANEXOS	101
BIBLIOGRAFIA	

### DEDICATÓRIA

Aquele que sempre esteve conosco e que, nas horas do mais profundo desalento, nunca nos abandonou;

Aos filhos: André, Daniella, Lucianna e Cristianne, pelas muitas horas roubadas de um tempo que é precioso para todos nós;

A Vamberto Gomes de Souza, porque nos ajudou a redescobrir a vida.

### RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar, através de um estudo de caso, as razões que levam o Coronelismo a uma gradativa e irreversível desagregação.

O Coronelismo, manifestação do mandonismo local, é uma forma de exercício do poder.

O poder é relacional e dinâmico. Assim possuir os "instrumentos" de poder não significa possuir o poder em si mesmo. Este é delegado, emana do aparelho de Estado, ora considerado enquanto poder central, ora enquanto executivo estadual.

Convém ressaltar que o próprio Estado espelha as contradições irreconciliáveis existentes entre classes sociais. E é função do Estado "gerir" os conflitos, mediante a conciliação, a "troca de compromissos". Neste sentido, o mandonismo local é frágil, porque mediatiza os interesses entre as bases municipais e as instâncias de poder que lhe são superiores. É do Estado que flui os "recursos" necessários para a manutenção das chefias locais.

Por outro lado, "os poderosos" respondem às benesses governamentais procurando a legitimação do Estado burguês a nível local.

Partimos do suposto que a propriedade fundiária, ainda é, no Nordeste, a base material do poder. A terra e as relações de trabalho que nela se realizam são a primeira condição para o exercício das relações de dominação.

Por outro lado, embora a riqueza seja condição necessária, não é suficiente, para a perpetuação de certas formas de manifestação do poder local, como é o caso do Coronelismo.

A sociedade avança através da organização dos partidos políticos, dos Sindicatos, de outras formas de associações de caráter reivindicatório. Os movimentos sociais obrigam o Estado a redefinir suas estratégias e este tenta adequar sua face às modificações do conjunto do organismo social. Neste momento, o poder local é levado a redefinições. Formas de exercício do poder, antes necessárias, tornam-se anacrônicas e inadequadas. É o próprio Estado a selecionar novas feições e agentes, uma nova postura e um novo discurso.

Neste sentido, o Coronelismo tradicional está superado, embora permaneça o poder local, porque, permanece a alta concentração fundiária. E a terra aqui no Nordeste continua a exercer um duplo papel: a dominação econômica e política de uma classe sobre outra.

## ABSTRACT

Our subject treat with the local power.

We call power some relation that is exercised by a social class above another classes.

There is no power in a vacuum, but only in relation to some one else. It is delegated by central power or at estadual level.

Power is relational and it cannot be possessed in it self. A power relations ship can exist only if one the parties can threaten to invoke sanction: power it the process of affecting policies of others with the help of severe deprivations for mon conformity with the policies intended.

Generally we say that power is based on wealth, but this it is not sufficient. The power is legitimated at other society levels, such as: the cultural, the political etc.

We analize the reasons, the combined, lead the "coronelismo", a special kind of local "mandonismo" to its desegregation.

We selected a case study: Chico Heráclio, a Coronel that spent 54 years as political boss. Since 1952, the Coronel begins to loose his influence. At least, we analized which reasons that make a kind of political domination unacceptable.



## AGRADECIMENTOS

. A Charles Beylier, pela sua presença constante e amiga ao longo do caminho;

. A Gisélia Potengí, orientadora e amiga, pela compreensão e orientação seguras;

. A Raimundo Santos, pela sua disponibilidade em discutir conosco as questões que nos afligiram na elaboração deste trabalho;

. Às colegas do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pelo estímulo e compreensão constantes;

. Às colegas do Núcleo de Promoção do Estudante da UEPB, pela solidariedade demonstrada em todas as circunstâncias;

. A Iranize Alves da Silva que nos ajudou a rever os dados estatísticos deste trabalho;

. Aos nossos familiares que sofreram conosco e que nos acompanharam atentamente até que esta dissertação fosse uma realidade;

. Ao cunhado José Eudes Fernandes, pela sua especial sensibilidade para conosco e para com todo nosso projeto de vida;

. A Arlinda Queiroz de Oliveira, sempre disposta a ajudar, todas as vezes que nos dispúnhamos a seguir as pegadas do "Poder Local".

## INTRODUÇÃO

### 1. PROBLEMÁTICA E OBJETO DE ESTUDO

A manifestação do poder local, chamada Coronelismo, sob sua forma mais tradicional, foi um fenômeno constatado no cenário político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, mas cuja origem remonta à época imperial.

O Coronelismo é um aspecto do mandonismo local, um tipo de poder econômico e político de fortes repercussões no cenário brasileiro.

Este tipo de poder redefiniu-se em alguns momentos privilegiados da nossa história, numa tentativa de se perpetuar, pela via da adaptação, às mudanças impostas pelo conjunto da sociedade. O intento foi em parte alcançado, o coronelismo, como forma de dominação econômica, política e até pessoal, sobreviveu e interferiu ao longo da história nacional por muitos anos. Mas sobreveio a sua decadência, através de uma lenta agonia. Compreender os fatores que engendraram a sua derrocada final, parece-nos de fundamental importância para a apreensão das mudanças ocorridas na estrutura do poder, sobretudo à nível local.

Dentro desta perspectiva, justifica-se a disser

tação que ora apresentamos e que intitula-se: " **A Lenta Agonia do Coronelismo - Um Estudo de Caso - 1952/1974**".

O nosso tema circunscreve-se a relação existente entre o poder local e a base econômica produtiva de uma sociedade. Evidentemente, este tipo de dominação relaciona-se com outras instâncias de poder, influenciando e sendo por ele influenciado. Chamamos de poder local ao exercício de poder que tem como base física o município, embora este poder extrapole sua área de influência para muito além dos limites físicos do seu núcleo local.

O estudo deste aspecto foi feito por nós em um estudo de caso do Coronel Chico Heráclio de Limoeiro.

O Coronelismo exercido na sua forma mais tradicional, ou seja, a chefia local, tem a base do seu poder assentado na riqueza. Embora ele mande não apenas por ser rico. O exercício deste tipo de poder é delegado em outras instâncias, quer seja o poder central, quer seja o poder estadual.

Portanto o mandonismo local manifesta-se historicamente em condições determinadas.

De modo geral, podemos afirmar que o poder local no Nordeste fundamenta-se sobretudo na estrutura fundiária da região e nas relações de trabalho que se realizam sobre esta base. As modificações ocorridas no setor econômico, repercutem nas relações sociais e mais particularmente nas relações de poder.

As mudanças introduzidas na agricultura pela cres

cente penetração do capital no campo, resultando em algumas alterações na base técnica da produção agrícola, repercutiram não apenas nas relações de trabalho, mas tiveram implicações políticas que vamos analisar neste estudo de caso.

A expulsão dos trabalhadores do campo, evidenciada nas crescentes "pontas de rua", a utilização destes trabalhadores em eventuais tarefas pelos proprietários rurais, indicam modificações nas relações tradicionais de trabalho, sobretudo pelo desaparecimento gradual da antiga figura do morador. Embora persistam, na área que estudamos, traços de relações de trabalho, consideradas "arcaicas" como a parceria, o que atesta a heterogeneidade que assumem as formas do trabalho no campo.

Aceitando o pressuposto que as relações de produção determinam, em última instância, as relações de dominação, assumimos também que as transformações ocorridas no padrão de dominação política relaciona-se não apenas com as mudanças no estritamente econômico, mas com as alterações que se processam em outras instâncias e níveis da sociedade.

Dentro deste marco teórico, é que formulamos nosso problema, qual seja: quais os fatores que, combinados, levaram o prestígio e o poder das chefias tradicionais à falência? Em nosso estudo de caso, procuramos colocar o problema nos seguintes termos: quais os elementos que, conjugados, às vezes, até de maneira contraditória, "esvaziaram" a dominação política do Coronel Chico, durante uma

lenta agonia de 22 anos?

Particularizando o Agreste, no que tange à estrutura econômica, diríamos que esta região foi inicialmente de pecuária. A empresa de povoamento e colonização da região foi garantida pelos grandes fazendeiros que tinham sua autonomia reforçada pelo não envolvimento do governo central nas questões locais. "Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios, existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de "Coronel" era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e outros oficiais, uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações, para que eles pudessem produzir os seus efeitos legais". (1)

Normalmente o fazendeiro mais rico ou então um comerciante economicamente mais bem dotado detinha, em cada município, a chefia da Guarda Nacional. Somava à chefia desta Guarda a direção política do seu município. O Coronel devia sua nomeação ao fato de ser pessoa socialmente qualificada.

Simultaneamente à figura do Coronel, formalmente instituído, surgem os "Coronéis Tradicionais", também chefes políticos e com condições de sustentar o estilo de vida imposto pela posição assumida. Desta forma o vocábulo

---

(1) BASÍLIO MAGALHÃES. In: Vítor Nunes Leal - "Coronelismo, Enxada e Voto". p. 21.

Ver em Maria Isaura P. de Queiroz. "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros Ensaios".  
Ver também em Jean Blondel - "As Condições de Vida Política no Estado da Paraíba".

foi assimilado na linguagem do país, usado para designar os detentores do poder, sobretudo na esfera municipal, poder assentado, em última instância, na riqueza. Embora a base deste poder seja os bens materiais, ele recebe delegações emanadas da época imperial do Governo Central e da República Velha de fonte estadual. O vínculo estabelecido com as esferas supremas de poder garante, ao coronel, o exercício de poder na esfera municipal. Ao que o chefe local retribui com o aliciamento e preparo das eleições dentro do processo de eletividade do cargo.

Há pouco, nos referimos a este sistema de compromissos ou sistema de reciprocidade. O que vem a ser, de um lado, os coronéis manipulando o eleitorado, mediante o "voto de cabresto"; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que é o celeiro do erário, empregos, favores e da força policial. O coronel municipal subordinado ao poder estadual subordina a si coronéis menores de quem também é dependente, muitas vezes esta relação de dependência vem atenuada por relações de amizade e compadrio. Portanto, o Coronel move-se numa área de intermediação entre o poder estadual e a esfera municipal. Pelo Coronel, é filtrada a justiça e a política, bem como, os serviços de beneficiamento coletivo. Este jogo intensifica-se com a República Velha: "com a República, intensifica-se o jogo de compromissos com as esferas estaduais e federais. O Coronelismo passa por redefinições, uma vez que já não seria fundamental sua autonomia local a lhe assegurar o poder. Esta passa a depender do relacionamento com essas duas esfe

ras políticas".<sup>(2)</sup> Daí porque a questão da eleição é fundamental na compreensão do fenômeno do Coronelismo. Até o fim da "República Velha", as eleições apresentavam três características:

1º) o voto era limitado às pessoas alfabetizadas, o que, por conta do número de analfabetos, tornava, entre outros fatores, a eleição muito pouco representativa. Além disto, o voto não era secreto, o que se prestava muito bem às manipulações e pressões dos chefes locais; mas isto não aniquilava por completo a existência da oposição, por conta, sobretudo, do pouco acesso do Governo Federal às áreas interioranas do País. Pouca influência direta do Governo Central sobre os votos da população, sobretudo, rural, torna absolutamente necessária a intermediação do Coronel;

2º) ao nível federal, havia um entendimento entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, no que tangia à Presidência do Executivo, a chamada política do "café com leite". A feição política da crise de 1930 foi a quebra do acordo entre estes dois poderosos Estados

---

(2) Maria Auxiliadora de Sã. "Dos Velhos aos Novos Coronéis: Um Estudo das Redefinições do Coronelismo". p. 28. Quanto à questão do Sistema de Compromissos, citamos entre a bibliografia mais representativa sobre o tema: Maria Isaura Pereira de Queiroz. "O Mandonismo Local" p. 168. Sobre a questão do Estado como "fonte de favores e empregos" encontra-se um excelente estudo em Faoro - "Os Donos do Poder" O Estudo das eleições durante a República Velha, foi muito bem colocado através do estudo de caso Sobre a Paraíba por Blonder.



da federação;

39) os partidos políticos não eram de âmbito nacional. Na verdade, eram agremiações estaduais. Isto implicava que não eram diferentes partidos em termos de ideologia, programas ou bandeiras de luta, mas grupos identificados e designados, apenas, pelos Estados de origem, com igual direcionamento.

Mesmo antes da Revolução de 1930, havia se intensificado o debate sobre a democratização do sistema político em geral e, particularmente, sobre o processo eleitoral. Embora o movimento de 30 não retrate modificação estrutural de maior alcance, a sociedade da época estava se tornando cada vez mais complexa. O que obrigava as oligarquias rurais e sua manifestação - sob forma de coronelismo - à redefinição. Seria mais correto, portanto, dizermos com Maria Auxiliadora Sá: "a generalização das formas capitalistas continua a se processar no campo. Frente às modificações que se verificam na economia mais ampla e na economia regional, conseqüentemente, o sistema vai também modificando suas feições, assumindo outras formas de dominação local, se bem que, formas antigas de dominação coexistam com novas". (3)

O sistema coronelista passou por redefinições nas eleições com as esferas mais amplas de poder, no início da República, em 1930 e depois do Estado Novo.

---

(3) Maria Auxiliadora Sá. Idem, p. 32.

Durante o Brasil Colônia e Império, o Governo Central buscava o não envolvimento na autonomia local dos coronéis. Com a República Velha, os coronéis tiveram ampliado o seu poder de barganha, pelo caráter fraudulento das eleições, sobretudo neste período e pela necessidade do poder central de recorrer aos "currais eleitorais" das regiões interioranas, mantidas sob o controle do coronel. A Revolução de 1930 alterou as regras do jogo de compromisso do poder local/poder central. A Revolução aqui mencionada que, pela sua complexidade, dá margem para uma longa tese, tem em Boris Fausto, um analista seguro.

Tratamos deste tema com brevidade, embora reconheçamos a trama de relações que ela representou.

De qualquer forma, a partir daí o Governo Federal procurou interferir mais na autonomia local dos coronéis que, de resto, tinham que começar a dividir o poder com o empresariado emergente. Em 1933, o voto passou a ser secreto e as eleições passaram para a competência de uma Justiça Especial: A Justiça Eleitoral.

A partir de 1945, as eleições tornaram-se mais verdadeiras, embora ainda existisse a fraude que foi a marca registrada do processo eleitoral na República Velha. Embora, de modo generalizado, diga-se que a partir de 1930 começa o declínio lento e gradual da figura do Coronel, vez que começa a existir uma maior garantia da representatividade do voto e uma maior consciência política da sociedade civil, há que se atentar para uma realidade bem específica que é a nordestina. No pós 30, as medidas proteccionis

tas do Governo, consubstanciadas na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a ação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), dentre outras medidas, muito longe de modernizarem o Nordeste, reforçaram relações de produção arcaicas. Foram mantidas as condições que permitiram a manutenção das formas de organização do trabalho, tais como: "o morador de condição", o foreiro, o rendeiro (formas até hoje encontradas em Limoeiro e municípios adjacentes) e que são consideradas "arcaicas" em relação à forma do puro assalariamento do trabalhador rural. Estas relações de trabalho determinam uma dependência muito grande do trabalhador em relação ao proprietário da terra. Além de permitir um baixo custo da produção, vez que, o trabalhador rural garante a ele mesmo a reprodução da sua força de trabalho, de forma não monetária.

De qualquer forma, desde 1945, o povo começa a influir, mesmo de forma indireta, na composição de forças ao nível das elites e em sua renovação.

As eleições, como meio formal de expressão política das massas populares, foram decisivas no período que se estendeu de 1945 a 1964. Mesmo considerando-se que o direito de voto restrito aos alfabetizados exclui grande parte da população adulta, sobretudo no campo.

A década de 50, sob a égide de uma política desenvolvimentista, direcionada pelo Governo Federal, é a década que assinala o início do debate sobre a questão agrária. Surge em 1954, no Estado de Pernambuco, a Liga Campesina do Engenho Galiléia. A mola mestra que desencadeia o

movimento é a substituição do "morador", a extinção dos contratos de parceria e a submissão do pequeno produtor. Embora as condições econômicas da pequena produção tornem-se um objeto de desequilíbrio na correlação das forças sociais, o conflito dá-se não apenas ao nível do econômico imediato, mas localiza-se também ao nível do poder. A origem das Ligas encontra-se na resistência dos "foreiros", parceiros e pequenos proprietários em transformarem-se em assalariados. Esta resistência, através das Ligas, torna-se coletiva, organizada com conteúdo político. E, apesar da subordinação crescente da agricultura ao capital, a pequena produção tenta preservar a autonomia do seu trabalho. Como já frisamos anteriormente, o capital, ao penetrar no campo, nem sempre conduz às formas de puro assalariamento, o que significa dizer que, a pequena produção é preservada e recriada, o que se verifica ainda nos dias atuais no município de Limoeiro, como comprovou nossa pesquisa de campo.

A moldura para o surgimento e evolução das Ligas caracteriza-se por "profundas mudanças nas relações de trabalho tradicionais, e onde se combinam a expropriação do produtor direto e a exploração brutal da mão-de-obra assalariada". (4)

Após o surgimento da Liga do Engenho Galiléia, a luta incorporou trabalhadores que, por sua capacidade de mobilização, ampliaram as bases sociais e a força do movimento.

---

(4) Fernando Antonio Azevedo. "As Ligas Camponesas". p. 52.

A criação do Sindicato Rural no município em 1962, também se fez notar na área de prestígio do Coronel. Sem querer aprofundar discussões teóricas sobre o "atraso histórico" e "vícios" do sindicalismo rural, diríamos que, a simples presença do Delegado Sindical foi motivo de "aborrecimentos" para Chico Heráclio. (5)

O "interpelamento" do Coronel pelo delegado sindical foi visto por muitos como sintoma de enfraquecimento ou desprestígio do chefe local.

É uma trama de relações que conspira contra o poder de barganha do poder local, sobretudo na década de 60.

Há um outro rompimento no "jogo de compromissos" no pós 64: os grupos oligárquicos escolhem de modo mais restrito seus representantes. Embora as evidências sejam indicativas que as oligarquias são a base de sustentação política dos deputados e senadores das duas instâncias. E permanece todo o esforço das lideranças locais em permanecer aliadas ao "Executivo Estadual".

É pelo Executivo Estadual que a concessão de benefícios, empréstimos, favores, empregos, etc., continua a ser mediada. E sem o qual as lideranças locais não teriam condições de manter o "sistema de compromissos".

O Golpe Militar de 1964 torna o poder central

---

(5) Ver sobre o assunto Moacir Palmeira: A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Camponato. In: "A Igreja e a Questão Agrária". (Organizador Vanilda Paiva).

mais absorvente e utiliza como principais instrumentos o sistema de crédito rural e o fortalecimento das cooperativas, para permitir a operacionalização dos propósitos modernizantes e a assistência técnica e extensão rural.

Até o início dos anos 60, ainda se levava a cabo no Nordeste uma política governamental "assistencialista" que, quase nada, acrescentava à capacidade produtiva da região. Este paternalismo governamental, no sentido de "conceder" benefícios, foi mediatizado pelas chefias locais, o que viria a reforçar o poder das oligarquias rurais.

As alterações espelham, na realidade, modificações na estrutura econômica da sociedade. Isto não significa dizer que o poder local tenha perdido sua importância no cenário político, mas que manifestações deste poder têm evoluído com toda a sociedade e têm utilizado novas estratégias, para "capturar" os mecanismos criados pelo poder central.

De forma recriada, permanece o poder local, sobretudo, porque permanece a alta concentração fundiária. As elites, no entanto, percebem "as mudanças dos tempos" e tentam adequar sua postura, seu estilo e seu discurso ao momento histórico. Entrevistamos os deputados mais votados na eleição de 86, de ambos os partidos (PFC e PMDB). Todos recusam veementemente assumir a postura de "chefe local". Dentre os notáveis de Limoeiro (políticos, grandes proprietários e pessoas reconhecidamente de influência local) ninguém quer ser chamado de "sucessor" de Chico Heráclio.

Apontar-se uma liderança atual como "herdeiro" da forma ou estilo de mando do Coronel, é como chamar alguém de retrógrado ou atrasado, embora todos reconheçam a influência do Coronel Chico na vida política, econômica e social do município. Embora os mais velhos ainda votem em atenção "ao nome do Coronel".

Como nos disse um informante seu, "afilhado" político, "os tempos mudaram, o velho Chico, não e acho que ele nem se deu conta das mudanças que estavam acontecendo". E foram estas mudanças, contraditórias, às vezes no seu movimento interno, que determinaram a lenta, mas gradual agonia do prestígio do Coronel. De que forma isto aconteceu e como reage Chico Heráclio, é a exposição e discussão dos capítulos seguintes. A seguir, vamos delimitar e expor nosso objeto de estudo.

### DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O Coronelismo, como manifestação do poder local, só é possível dentro de um tipo de Estado, o Estado de classes. O Coronelismo não pode ser compreendido alheio ou fora do Estado, mas como um conjunto de práticas necessárias ou funcionais ao próprio Estado que o respalda.

As relações de produção consideradas "arcaicas" criaram as condições e tiveram sua correspondência na relação de dominação do tipo dependência pessoal. É esta a forma de dominação que prevalece no mandonismo local na sua feição mais tradicional - que é o Coronelismo. Mas a base econômica, por si só, é insuficiente, embora seja condição necessária para o exercício de poder de uma fração de classe ou de uma classe sobre outra.

A dominação econômica busca sua legitimação ao nível do ideológico, no bojo das diversas instituições da Sociedade Civil. Esta legitimação é perseguida ao nível do discurso e das práticas institucionais.

A luta da classe assalariada que dá vida às associações, aos sindicatos e aos partidos políticos, procura



redefinir, de acordo com o projeto da classe dominada, as instituições que são, na qualidade de aparelhos de Estado, porta-vozes da classe dominante. Portanto, o Estado na sua feição, que também é conciliadora, não prescinde do prestígio dos "poderosos locais", mas delinea novos "perfis" para seus agentes à nível local, adequando-os às mudanças e ao nível de organização da sociedade civil. Permanece o poder local, muda sua feição, sua forma e sua face.

Os avanços da classe trabalhadora, obtida pela práxis social dos dominados, colocam em "xeque" as chefias locais", impelindo-os a uma redefinição de postura, discurso e práticas.

Dentro desta perspectiva parece-nos oportuno algumas considerações mais específicas sobre as relações de trabalho, sobretudo nas décadas de 50 e 60, em Pernambuco, pela importância que esta compreensão permite no entendimento das alterações nas relações de dominação.

Após a abolição da escravatura, a forma de exploração da força de trabalho encontrada, para que se criasse reservas de capital disponíveis para a aplicação em novo maquinário, no caso da instalação das usinas emergentes, foi aquela relação de produção em que o trabalhador rural suprisse ele próprio sua subsistência, de forma não monetária. Além das vantagens econômicas, tais relações de produção garantiriam a fixação da mão-de-obra necessária à grande propriedade. Para isso o trabalhador dispunha, ele próprio, de um roçado ou sítio no interior da grande propriedade açucareira. São os moradores fixados e à disposi

ção da grande propriedade. Esta disponibilidade e dependência ou esta submissão extrapolou o econômico e determinou padrões de dominação política pela formação dos "currais eleitorais".

A apropriação das melhores terras pela grande propriedade, leva a uma multiplicação crescente dos mini fúndios, na forma de pequenos estabelecimentos arrendados dentro da grande propriedade, sobretudo de 1950 a 1960. A garantia da rentabilidade da mão-de-obra criam as condições necessárias para que haja uma alteração nas relações de produção, só permitida pela mudança na produtividade do trabalho.

A partir daí, o interesse da exploração comer cial passa a ser cada vez menos a fixação da mão-de-obra no interior da grande propriedade, vez que, a disponibilidade de mão-de-obra se faz cada vez maior no mercado de traba lho. A partir da década de 50 principia a mudança na forma de trabalho que deixa de ser a tarefa para ser a conta. Nesta última forma de organização do trabalho (a conta) o trabalhador é obrigado a concluir a conta em um dia, caso contrário, não receberá seu pagamento em dinheiro. Sobre este assunto remetemos a discussão à Tereza Sales<sup>(6)</sup>. A implantação da conta vai corresponder também ao momento da perda das terras para "botar" o sítio ou roçado, o que po de ser considerado o início da implantação do trabalho as salariado.

Em cima da questão da extração da mais valia da

---

(6) Tereza Sales. "Agreste-Agrestes". p. 73.

força de trabalho expropriada do seu roçado, é que surgem as primeiras lutas dos trabalhadores rurais, consubstanciadas nas Ligas Camponesas.

O surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais constituiu um forte abalo para uma estrutura de poder que chegou a ser confundida, muitas vezes, com uma estrutura feudal. As lutas deflagradas pelo pagamento do salário mínimo, 13º salário, pagamento das férias e do repouso semanal, ameaçam não apenas a lucratividade desenfreada do proprietário de terras, mas o próprio poder, em seu sentido mais amplo, de uma classe sobre outra.

A própria promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 não pode ser compreendida de forma separada das lutas do campo. E não foi por outro motivo que as repercussões do Estatuto foram mais rápidas naquelas áreas onde o conflito se dava de modo aberto. Uma das repercussões do Estatuto a que estamos nos referindo é o desdobramento que tais medidas tiveram em relação às bases do poder dos proprietários rurais.

A mobilização das Ligas Camponesas e a Ação Sindical no campo é interrompida com o Golpe Militar de 1964. As Ligas são desarticuladas e os sindicatos vêem seus líderes mais atuantes serem afastados. Com a desmobilização do trabalhador rural, o proprietário principia a "dar um jeito" de manipular a lei a seu favor. De qualquer modo, já não é o proprietário da terra, o dono absoluto da fixação do salário, que passa a ser tarefa do governo, embora o proprietário ainda pudesse "jogar" com a quantidade de tra

balho diário a ser exigido do trabalhador.

Só a partir de 1979, pela mobilização do trabalhador rural, é que se consegue mais uma vez a aprovação de uma Tabela para determinar a quantidade de trabalho, a mesma que vigorou até 1964. Na década de 70, intensificou-se o processo de expulsão do trabalhador rural de dentro da propriedade do patrão. Os trabalhadores vão assumindo a condição de diaristas ou trabalhadores volantes que passam a morar na periferia das cidades da região agrestina. Segundo nossa pesquisa de campo, a Serra do Redentor, em Limoeiro, é o grande reduto dos trabalhadores expulsos das grandes propriedades adjacentes.

São convocados eventualmente para a limpa da terra, derrubada da mata e o plantio do capim "pangola". Este capim, uma vez plantado, renasce a cada ano no inverno e dispensa tratamentos posteriores. E como nos disse um entrevistado: "o primeiro ano derruba o mato; o segundo ainda trabalha; o terceiro não se trabalha mais..." e acrescentou, "roçado, a gente não bota mais, pois as terras estão ocupadas com o capim pangola". E insistiu sempre dizendo: "morador, dona, não existe mais, desocupou e derrubam a casa".

As transformações pelas quais passou o Agreste pernambucano passa necessariamente pela questão da expansão da pecuária bovina e a repercussão disto na utilização da terra e da organização da força de trabalho.

A capitalização pelo boi; a via da modernização que caracteriza o Agreste pernambucano alterou profundamente as relações de trabalho na região. A pecuária exige bem

menos mão-de-obra que a agricultura. E os incentivos do Go  
verno, no sentido de estimular a "bovinização" de todo o  
espaço agrestino, penaliza duas vezes o trabalhador rural.<sup>(7)</sup>  
Primeiro porque a pecuária agora é intensiva, objetiva a  
implementação do uso de insumos modernos para o aumento da  
produtividade da agropecuária, privilegiando a concentra  
ção econômica. Segundo, porque o cultivo do capim, pela sua  
própria natureza, torna a relação "trabalhador-proprietá  
rio" eventual e cômoda para o dono da terra. E esta alte  
ração na base técnica da produção tem repercussões na ins  
tância de poder. Embora a modernização econômica do Agres  
te tenha se manifestado com mais nitidez, a partir da déca  
da de 70, com o surgimento das empresas rurais na região,  
desde a década de 50, como de resto, em todo o Estado de  
Pernambuco, inicia-se a expulsão do "morador" da grande  
propriedade, o que já foi ressaltado neste trabalho.

Partimos do suposto teórico de que as alterações  
na estrutura econômica da sociedade, ou seja, as modifica  
ções que ocorrem na base técnica da produção, repercutem  
nas relações de poder e dominação.

O segundo suposto teórico é que existe uma rela  
ção de interdependência entre o aparelho de Estado e as ma  
nifestações de poder exercidas a nível local. O Estado de  
classe existe para gerir os conflitos entre dominantes e  
dominados e, nesta perspectiva, ele busca incessantemente  
sua legitimação.

---

(7) A Bovinização do Agreste pernambucano é exaustivamente  
analisado por Teresa Sales. Idem.

O exercício de poder, que manifesta-se na base local, é delegado pelo próprio Estado que necessita das lideranças locais, para se fazer "presente" na solução dos impasses que emergem e que são decorrentes, em última instância, da contradição existente entre os interesses antagonicos das classes sociais.

O terceiro suposto teórico é que a sociedade civil, pela sua organização, através das associações, sindicatos e partidos políticos, "avança" na conquista de direitos para a classe dominada. Estas conquistas obrigam a uma redefinição nas instituições e na forma como é exercido o poder, inclusive, na sua manifestação a nível local.

Ao nível teórico é a combinação dos três fatores: alteração na base econômica da sociedade; evolução do próprio aparelho de Estado e as conquistas dos movimentos sociais que levaram à falência uma das manifestações do Poder Local - O Coronelismo.

Isto é o que tentamos analisar, empiricamente, em um Estudo de Caso - Chico Heráclio de Limoeiro.

## 2. METODOLOGIA

Conhecemos Limoeiro em 1984. Ali estivemos pela primeira vez por exigências de trabalho. Fomos designada para manter contatos com as prefeituras de alguns municípios do Agreste. Na época, trabalhávamos para o Ministério do Interior, secção de Pernambuco.

Chamou-nos a atenção, em primeiro lugar, a beleza daquela faixa da região que, no dizer de Manuel Correia, é um verdadeiro "mosaico": Sítios, sombreados de árvores frutíferas, "roçados" com agricultura de subsistência e, na parte mais próxima da Zona da Mata, plantações de cana.

As pequenas cidades, próximas umas das outras, são dinâmicas, com muito movimento, e a PE 50 que leva à Capital do Estado, acusa um tráfego sempre intenso. A rodovia de acesso ao Recife está margeada por árvores frondosas, sobretudo belas "jaqueiras". O clima é quase sempre ameno.

Limoeiro está plantada em um vale "apertado" entre o Rio Capibaribe e a Serra do Redentor. No alto da serra, há um Cruzeiro que se avista desde muito longe. Conhe

ce mos o rio no inverno, quando o volume da água, sobre as pedras do leito, formam pequenas cachoeiras.

Desde nossos primeiros contatos com as pessoas do município, "sentimos" a presença, ainda hoje forte e marcante, do Coronel Francisco Heráclio do Rêgo, que daqui por diante chamaremos simplesmente de Chico Heráclio, que é a forma pela qual é conhecido. Ele está presente nas estórias, algumas contadas como piada, outras como "causo". Alguns relembram seu nome para recriminá-lo, outros para elogiá-lo.

Na época, nossa dissertação do Mestrado já era uma preocupação, uma tarefa a ser por nós cumprida. Como o poder local é um tema que particularmente nos interessa, decidimos por estudá-lo ali, em Limoeiro, de forma mais sistemática, o material que "empiricamente" nos era dado.

Posteriormente, deixamos o trabalho, o Ministério do Interior. Mas não abandonamos o propósito de voltar a Limoeiro, na condição de aluna do Mestrado de Sociologia Rural. Foi o que fizemos. Retornamos a Limoeiro nos anos seguintes: 1985, 1986, 1987 e 1988. Nem sempre soubemos aproveitar de forma "científica" o que coletávamos. Quase sempre deixamos nos "envolver" pelas "estórias" ouvidas, dificultando, desta forma, o nosso entendimento teórico. Mas o que perdemos em "achados teóricos", ganhamos certamente pelo contato e convívio com aquela gente agrestina, agressiva nas campanhas eleitorais, alegres nos festejos, sobretudo, nos famosos forrões de Limoeiro. De uma forma ou de outra, uma gente intensa no sentir, falar e exprimir-se.



A chefia de Chico Heráclio revestiu-se de lances folclóricos, contados pelo povo e com passagens registradas no "anedotário" estadual.

Sua passagem pela política recobre um período de 54 anos. Começou na vida pública em 1920 e, nela, permaneceu até sua morte em 1974. Deste longo período de influência do Coronel, selecionamos os últimos 22 anos que correspondem à lenta desagregação do seu poder. Um momento rico de eventos e mudanças na região do Agreste e do município de Limoeiro.

Mudanças que refletiram "reviravoltas" ocorridas não apenas a nível estadual, mas, sobretudo, de âmbito nacional.

O presente trabalho tenta um entendimento da questão da decadência do coronelismo, na sua expressão mais tradicional, embora revestido de particularidades e peculiaridades. Muito há, por certo, que ser ainda "desvendado", muito deixou de ser feito, por isto, consideramos o produto do nosso trabalho como uma primeira aproximação de uma realidade intensa, viva e, como tal, contraditória e inesgotável.

Optamos pelo estudo de caso. A partir da "exemplaridade" e "singularidade" da chefia política do Coronel Chico Heráclio - de Limoeiro, pretendemos analisar o movimento concreto que leva o Coronelismo - a sua desagregação. Podemos dividir a longa dominação de 53 anos em dois períodos distintos: a fase áurea do seu prestígio (1921-1952) e a fase da decadência política (1952-1974).

A periodização acima foi feita a partir do levantamento bibliográfico realizado e pelos contatos preliminares que tivemos com a área desde 1984.

Reginaldo Heráclio, filho do Coronel, afirma que, exatamente na década de 50, o coronel teve o seu momento de apogeu político.

Segundo Marcos Vilaça, historiador e sociólogo da terra, na mesma década de 50, inicia-se a trajetória do Coronel, rumo à decadência do seu prestígio político. Prestígio este que até 1952 não sofria nenhuma contestação. Acerca do que estamos afirmando, enfatiza o autor anteriormente citado: "o Coronel vivia então seus maiores momentos. Limoeiro não estribuchava ainda, fato que só ocorreu em 1952, quando - e aí principiava a queda do seu prestígio - do rompimento com Etelvino Lins que chegava ao governo sob o clima da pacificação". (8)

Partimos da elaboração de uma única hipótese de trabalho:

- . O poder local, na sua forma mais tradicional, ou seja, o Coronelismo, embora, seja determinado na estrutura econômica, é extremamente dependente do Poder Executivo Estadual. E ainda torna-se um poder anacrônico, quando afetado

---

(8) Marcos Vilaça. Coronel, Coronéis. p. 126.

por outras forças, tais como: partidos políticos, associações, sindicatos, meios de comunicação e até iniciativas mais informais não necessariamente institucionalizadas.

Trabalhamos com dois momentos:

1. Apogeu do Prestígio do Coronel Chico Heráclio

1.1 - Relação com o Executivo Estadual

1.2 - Estilo da Dominação Pessoal

2. Decadência do Coronelismo

2.1 - Relação com o Executivo Estadual

2.2 - Papel das Forças Políticas e Sociais

Utilizamos como instrumentos de pesquisa:

. Coleta de dados secundários:

- leitura do material bibliográfico

- informações do: IBGE, INCRA, FIAM, Prefeituras dos Municípios;

. Uma outra parte do estudo foi qualitativa. Para isto utilizamos entrevistas não estruturadas com pessoas consideradas "informantes-chaves", tais como:

- trabalhadores rurais (do campo e das pontas de ruas);

- pessoas idosas e reconhecidamente conhecedoras da história da área;

- prefeitos, vereadores, lideranças políticas atuais e/ou contemporâneos do Coronel;
- deputados mais votados do município de Limoeiro;
- Presidente do Sindicato;
- Outros líderes comunitários;
- Grandes proprietários de terras;
- Membros da família do Coronel Chico Heráclio.

Quanto aos trabalhadores rurais entrevistamos aqueles que foram "moradores" do Coronel Chico. Quase todos vivem hoje na periferia de Limoeiro, no local chamado "a Serra do Redentor". Alguns ainda, apesar da idade, ligados a terra: seja na condição de trabalhador "volante", seja na condição de "parceiros", seja na condição de trabalhador já totalmente desvinculado da terra, vivendo alguns de aposentadoria do FUNRURAL, seja sobrevivendo às custas de "biscates" e sub-empregos.

Entrevistamos ao todo quinze trabalhadores rurais. A faixa etária variando entre 58 anos (o mais jovem) e 83 anos (o mais idoso). Vivem em condições sub-humanas, como já frisamos, na Serra do Redentor. Um lugar que só tem cascalho, de difícil acesso, sem água e plantado ao lado do centro de Limoeiro. A Serra do Redentor é um lugar sem árvores, seco e tristíssimo. É escaldante ao sol do meio-dia, sem graça, sem brilho e sem nenhum atrativo à noite.

Fomos ao campo doze vezes, em visitas que duravam em média três dias, cada uma. Visitamos e entrevista

mos pessoas em Passira (área urbana e rural) Carpina (área urbana) Limoeiro (área urbana e rural). Além dos dados que coletamos no Recife, bem como, algumas entrevistas realizadas também na capital do Estado.

Os roteiros das entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais seguem em anexo. (Anexo nº 1).

Bem como o roteiro das entrevistas realizadas com os grandes proprietários da terra. (Anexo nº 2).

Seguem ainda anexos os roteiros das entrevistas feitas com deputados (Anexo nº 3) e membros da família Heráclio (Anexo 4).

Quanto aos grandes proprietários, conseguimos, depois de várias visitas ao INCRA, uma relação com nomes, endereços, tamanho e categoria da propriedade, com número de trabalhadores registrados. A relação a que estamos nos referindo está em quadro anexo (5, 6 e 7). Resguardamos os nomes por extenso dos proprietários para atender a uma solicitação do INCRA, que nos explicou serem estas declarações confidenciais e de uso da Instituição.

Dentre os grandes proprietários de terra, figuram dois que são filhos do Coronel. O maior proprietário de todo o município, hoje empresário rural, foi "protegido" do Coronel e tornou-se posteriormente seu inimigo político. Afastado da política, nos dias atuais, não quis ser entrevistado. Jamais exerceu qualquer cargo eletivo, mas sempre "apoiou" candidatos, desde que fossem oposição a Chico Heráclio. Fomos até a sua fazenda, de onde fomos ris

pidamente "dispensados", tão logo esclarecemos o objetivo da nossa entrevista.

No início do trabalho de campo, encontramos muta resistência e silêncio, sobretudo porque as pessoas temiam que estivéssemos fazendo uma "pesquisa" a mando de algum "poderoso" local. Depois, fomos conquistando a confiança das pessoas que, posteriormente, deram todas as informações que solicitávamos.

A dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução, conclusão, anexos e bibliografia.

A introdução subdivide-se em: problemática e de delimitação do objeto de estudo, bem como o item sobre metodologia.

O primeiro capítulo tem como objetivo situar a área onde desenvolvemos o nosso estudo de caso, assim como caracterizar o estilo da dominação pessoal do Coronel.

O segundo capítulo é introduzido com uma breve reflexão sobre a natureza do poder. Este capítulo recobre o período que vai de 1937 a 1952. Em nossa periodização é o momento do apogeu da dominação do chefe local limoeirense. Ainda neste capítulo, focalizamos a complementariedade entre o Poder Executivo e o Poder Local, e o que isto significou em termos de "troca de compromissos" para as partes envolvidas.

O terceiro capítulo centraliza sua análise nas redefinições da relação entre o Governo Estadual e o Coronel Chico, nas mudanças que ocorrem dentro da área estuda

da e da interrelação destes fatores como "a trama" que tece a derrocada irreversível do prestígio do Coronel de Limoeiro.

Tecemos conclusões finais, além de apresentar em anexo um boletim escrito por Chico Heráclio (Anexo 8) e mais roteiros das entrevistas de campo.

Finalizamos com a relação bibliográfica do material consultado, na elaboração deste trabalho.

## I CAPÍTULO

### **O ESTUDO DE CASO**

1.1 - ESTUDO DE CASO: LIMOEIRO E CHICO HERÁCLIO

1.2 - PADRÃO DA DOMINAÇÃO PESSOAL DE CHICO HERÁCLIO



## I CAPÍTULO

### O ESTUDO DE CASO

#### 1.1 - ESTUDO DE CASO: LIMOEIRO E CHICO HERÁCLIO

Tentamos compreender a questão da lenta agonia do Coronelismo, através de um Estudo de Caso. Optamos pelo "caso" de Chico Heráclio, pela sua "exemplaridade". Foi uma dominação econômica e política, que prolongou-se por meio século, interferindo na vida de Limoeiro e de alguns municípios adjacentes. Dentre estes municípios, o núcleo central onde exerceu-se o poder do Coronel foi, sem dúvida, o município acima citado. Mas coletamos dados secundários conjuntamente de quatro municípios: Limoeiro, Cumaru, Passira e Salgadinho. Pois até 1964, Cumaru e Passira pertenciam ao primeiro município. E a influência do Coronel "espalhava-se" predominantemente em toda área abrangida pelos três municípios, estendendo-se até Salgadinho que, na época, pertencia ao município de João Alfredo.

A área total do Agreste Setentrional de Pernambuco é de 3.441 km<sup>2</sup>. Dezenove municípios compõem esta microrregião, e são: Bom Jardim, Chã Grande, Cumaru, Feira No

va, Frei Miguelino, Glória de Goitã, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Maria do Cambucã, São Vicente Ferrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes.

Desta relação acima, selecionamos como objeto de estudo os municípios de: Limoeiro, Salgadinho, Passira e Cumaru. Estes quatro municípios ocupam uma área total de 958 km<sup>2</sup>, representando 0,96% do Estado. Todos os municípios pesquisados são limítrofes, quer dizer, são confinados. O município de Cumaru tem por limites ao norte, o município de Riacho das Almas; ao sul e ao leste, Passira e ao oeste Riacho das Almas. Predomina o clima semi-árido. O Município de Limoeiro limita-se ao norte, com os municípios de João Alfredo, Bom Jardim, Buenos Aires e Carpina; ao sul, Feira Nova e a oeste Passira, Salgadinho e João Alfredo. O território municipal é drenado pelas bacias dos rios Goiana e Capibaribe. A sede municipal localiza-se a 132 metros de altitude e o clima é quente úmido. O município de Passira tem por limites ao norte, os municípios de Cumaru, Salgadinho e Limoeiro; ao sul, Pombos, Gravatã, Bezerras e Cumaru; a leste, Limoeiro e Glória e a oeste Cumaru. O rio que banha o município é o Capibaribe. Quanto ao clima é do tipo semi-árido com temperatura média de 25 graus e sujeito a chuvas intensas. Situa-se no Planalto da Borborema, é acidentado e, em seu relêvo, destaca-se a Serra de Passira com 800 metros de altitude. O município de Salgadinho limita-se ao norte, com os municípios de João Alfredo e Limoeiro; ao sul, Passira e Surubim; a leste, Limoeiro e a oeste, Surubim. O território municipal é drena

do pela bacia do Capibaribe. Predomina o clima semi-árido quente, e a sede municipal localiza-se a 350 metros de altitude.

A seguir, figura de uma tabela que discrimina a área de cada município e o seu percentual em área dos municípios:

TABELA Nº 1

ÁREAS DO MUNICÍPIO

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	% Em Relação a Área Total
Cumaru	225	23.49
Limoeiro	204	21.30
Passira	480	50.10
Salgadinho	49	5.11
T o t a l	958	100.00

Em extensão territorial, o maior município é Pasira, em seguida tem-se dois municípios médios (Limoeiro e Cumaru) e um município pequeno que é Salgadinho.

TABELA Nº 2POPULAÇÃO

Quanto à População dos Municípios, apresentam a seguinte configuração:

Municípios	Área Urbana	%	Área Rural	%	Total
Cumaru	3.560	15,91	18.815	84,09	22.375
Limoeiro	36.883	64,44	20.359	35,56	57.237
Passira	5.899	22,97	19.786	77,03	25.685
Salgadinho	1.133	20,37	4.430	79,63	5.563

Fonte: Censo Demográfico

IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980.

O mais populoso dos quatro municípios é Limoeiro, embora que em extensão territorial ocupe o terceiro lugar. O município mais extenso, Passira, não é mais populoso e tem mais da metade da sua população no campo. O menor município em extensão, que é Salgadinho, apresenta alto índice de ruralização. Apenas o município de Limoeiro tem população predominantemente urbana.

A seguir, temos duas tabelas sobre a estrutura fundiária da microrregião estudada.

TABELA Nº 3

## GRUPOS DE ÁREAS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

Municípios	Até 10 ha		10 - 100 ha		100 a 200 ha		200 a 500 ha		500 a 1.000 ha		1.000 a 2.000 ha		T o t a l	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Cumaru	3.097	5.454	345	8.714	20	2.651	08	2.315	02	1.520	01	1.280	3.473	21.934
Limoeiro	4.353	7.357	237	6.646	16	2.324	15	4.318	03	2.172	01	1.042	4.626	23.859
Passira	3.652	6.130	239	5.318	19	2.576	15	3.887	05	3.355	01	1.020	3.931	22.286
Salgadinho	2.324	5.880	109	2.373	01	120	03	909	03	1.916	-	-	2.440	11.198
T o t a l	13.426	24.821	930	23.051	56	7.671	41	11.429	13	8.963	03	3.342	14.470	79.277

Municípios	Até 10 ha		10 - 100 ha		100 a 200 ha		200 a 500 ha		500 a 1.000 ha		1.000 a 2.000 ha		T o t a l	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Cumaru	89,17	24,87	9,93	39,72	0,58	12,09	0,23	10,55	0,06	6,93	0,03	5,84	100	100
Limoeiro	94,10	30,83	5,13	27,85	0,35	9,74	0,33	18,10	0,07	9,10	0,02	4,37	100	99,99
Passira	92,90	27,51	6,08	23,86	0,48	11,56	0,38	17,44	0,13	15,05	0,03	4,58	100	100
Salgadinho	95,29	52,51	4,47	21,19	0,04	1,07	0,12	8,12	0,12	17,11	-	-	100	100
T o t a l	92,78	31,30	6,42	29,07	0,38	9,67	0,28	14,40	0,089	11,30	0,02	4,21	99,96	99,95

Fonte: Censo Agropecuário - 1975. IBGE.

Censo Agropecuário de Pernambuco. Série Regional, Volume I - Tomo I.

- Analisando os dados das tabelas acima, verifica-se um alto percentual de estabelecimentos no 1º grupo, ou seja, até 10 ha. No entanto, em termos de ocupação de área, o percentual de terra ocupada por estes estabelecimentos é bem menos significativo, o que evidencia um esfacelamento da propriedade. Nos municípios de Cumaru, Limoeiro e Passira, a terra ocupada pelos estabelecimentos de até 10 ha, não chega sequer a metade da área, embora os estabelecimentos acima mencionados representem, no caso específico de Passira, 92,90 do número total de estabelecimentos do município. No caso de Salgadinho, os estabelecimentos de até 10 ha, representam 95,29 do número total de estabelecimentos do município, ocupando 52,51 de toda a área do citado município. O outro dado é o reduzido número de estabelecimentos entre 1.000 a 2.000 ha. Nos municípios de Cumaru, Limoeiro e Passira, este grupo apresenta percentual abaixo de 1,0, ocupando em contra partida uma área muito maior ou um percentual muitas vezes maior que aquele percentual representado pelo número de estabelecimentos. O que indica uma concentração de área ou terra em mãos de um reduzidíssimo número de pessoas, ou seja, nos municípios de Cumaru, Limoeiro e Passira, apenas uma pessoa é considerada grande proprietário, em cada um destes municípios. Em Cumaru, apenas um proprietário ocupa 5,84 de área contra 24,87 ocupado e 89,17 de estabelecimentos agrícolas do município.

TABELA Nº 4

IMÓVEIS RURAIS - Por Categorias Econômicas e Segundo a Microrregião e Município em Números Absolutos e Relati  
vos.

MUNICÍPIOS	T O T A L				M I N I F Ū N D I O				EMPRESA RURAL				LATIFÚNDIO p/EXPLORAÇÃO				LATIFÚNDIO p/EXTENSÃO			
	Nº de Imov.	%	Área (ha)	%	Nº de Imov.	%	Área (ha)	%	Nº de Imov.	%	Área (ha)	%	Nº de Imov.	%	Área (ha)	%	Nº de Imov.	%	Área (ha)	%
Cumaru	986	100	22.526	100	842	85,40	7.339	32,58	17	1,72	2.867	12,73	127	12,88	12.320	54,69	-	-	-	-
Limoeiro	1.239	100	25.454	100	1.126	90,88	9.028	35,47	45	3,63	9.753	38,32	68	5,49	6.673	26,21	-	-	-	-
Passira	1.344	100	25.413	100	1.247	92,78	10.152	39,95	37	2,76	8.766	34,49	60	4,49	6.495	25,56	-	-	-	-
Salgadinho	195	100	5.173	100	178	91,28	1.044	20,18	01	0,51	373	7,21	16	8,21	3.756	72,61	-	-	-	-
<b>T o t a l</b>	<b>3.764</b>	<b>100</b>	<b>78.566</b>	<b>100</b>	<b>3.393</b>	<b>90,14</b>	<b>27.563</b>	<b>35,08</b>	<b>100</b>	<b>2,66</b>	<b>21.759</b>	<b>21,70</b>	<b>271</b>	<b>7,20</b>	<b>29.244</b>	<b>37,22</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1

Sistema Nacional de Cadastro Rural

Situação do Cadastro dos Imóveis em 31.12.1976

Com base no Recadastramento de 1972.

A Tabela acima indica que a microrregião é área de minifúndio.

O município de Passira possui 92,78% dos seus estabelecimentos agrícolas na categoria de minifúndio, seguido de Salgadinho (91,28%), Limoeiro (90,88%) e Cumaru (85,40%). No entanto, em relação a área ocupada, esta é de 39,95% em Passira; 20,18% em Salgadinho; 35,47% em Limoeiro e 32,58% em Cumaru. O que significa relativamente pouca terra pulverizada na mão de muitos proprietários. Quanto a empresa rural, o número de estabelecimentos cai vertiginosamente de 85,40% de minifúndios em Cumaru para 1,72% de empresas rurais. O exemplo extremo da predominância do minifúndio pode ser dado pelo município de Salgadinho; 91,28% de minifúndio contra 0,51% de empresa rural; embora esta última ocupe 7,21% da área contra apenas 20,18% de área distribuída por 178 (91,28%) de minifúndios. O município que detém o maior número de empresas agrícolas é o município de Limoeiro, com 45 estabelecimentos nesta categoria, ocupando 38,53% de toda área do município. Em todos os municípios, os latifúndios por exploração representam um percentual bem mais elevado que aquele da empresa rural, embora muito inferior ao número de minifúndios.

A hegemonia de Limoeiro sobre os demais municípios da região do Agreste Setentrional explica-se não apenas por ser o centro urbano mais importante e dinâmico da área, mas por ser também o município mais antigo. O distrito de Limoeiro foi criado por Carta Régia de 16.06.1786 e por Lei Municipal de nº 2 de 19.12.1982. A Vila foi criada em 27.07.1811. Limoeiro passou a cidade em 30.05.1881. A denominação que a cidade tem deve-se ao fato de que, no passado, no local onde hoje ergue-se a cidade, havia muitas árvores com aquela denominação.

Administrativamente, o município compõe-se apenas do Distrito Sede, do Distrito de Urucuba e dos povoados de Bom Sucesso, Campo Grande, Duas Pedras, Gameleiras, Fazenda Ilhetas, Mendes de Baixa, Pedra do Sono, Ribeiro do Mel, Ribeiro Fundo, Lagoa Comprida, Mendes de Cima e Passassunga.

O atual município de Passira pertenceu ao município de Limoeiro sob a denominação de Malhadas, Passira passou a município em 20.12.1963. Administrativamente, o município é formado pelos distritos de: Sede e Bengalas e pelos povoados de Cutias, Pedra Tapada, Poço de Pau e Candeias.

O município de Cumaru foi criado com o desmembramento do município de Limoeiro em 20.12.1963, pela Lei Estadual nº 4.986. Sua antiga denominação era Malhadinha. Cumaru compõe-se de dois distritos: Sede e Ameixas e pelos povoados de Malhadinha e Poços.

O município de Salgadinho apresenta uma história diferente dos municípios aqui mencionados. Enquanto distrito, Salgadinho integrava primeiramente o município de Bom Jardim. Com a criação do município de João Alfredo, Salgadinho ficou pertencendo a este último. A Lei Estadual de nº 4.974, datada de 20.12.1963 criou o município de Salgadinho. A sua instalação ocorreu em 27.06.1964.

Quanto à base econômica destes quatro municípios coexistem atividades agrícolas (agricultura de subsistência) e a pecuária. Dentre os produtos agrícolas mais cultivados encontram-se o milho, o feijão, a banana e o algodão.

Quanto às relações de trabalho coexistem as formas "tradicionais" (como o arrendatário e o parceiro) e a forma "modernizante" de puro assalariamento. Os assalariados localizam-se nas "pontas de ruas" das Sedes dos Municípios em questão. E são eventualmente arregimentados como "diaristas" pelos proprietários da região, como já mencionamos.

Dentre os quatro municípios, Limoeiro merece um destaque especial em nosso estudo, por ser o município mais importante economicamente e do ponto de vista político e social de toda microrregião (é o mais habitado, com maior número de Escolas, Faculdade de Administração e Agências de Bem-Estar). É o município que sedia todos os programas e instituições designadas pelos Governos Federal e Estadual para a região.

Antes de iniciarmos o item 1.º, destinado a analisar o estilo pessoal da dominação de Chico Heráclio, fa



remos uma breve retrospectiva histórica sobre a trajetória do Poder Local em Limoeiro.

O objetivo desta "genealogia" do poder é simplesmente demonstrar a íntima articulação entre a dominação política e a propriedade da terra.

As oligarquias rurais sempre detiveram o poder local, elegendo seus mais legítimos representantes para ocuparem o mais alto posto da edilidade municipal.

Apenas nos momentos de crise nacional, houve uma quebra neste padrão de dominação política. É o que acontece nos anos que se seguem à Revolução de 30, quando foram nomeados interventores escolhidos pelo Governo Estadual.

Mas logo em seguida, as oligarquias rurais retomam o "fio" da hegemonia local.

É o que veremos a seguir.

Segundo o historiador de Limoeiro, Prof. Antonio Vilaça", pela Carta Régia de 16 de Junho de 1786, Limoeiro se tornou sede distrital, entretanto, o predicamento de Vila somente veio vinte e seis anos depois, quando o Desembargador da Casa da Suplicação do Brasil e Ouvidor Geral da Comarca de Olinda, Clemente Ferreira França, em 23 de Maio de 1812 nomeou as seguintes autoridades: Juiz de Órgãos, Capitão Inácio de Melo e Silva e Juizes Ordinários, Antonio Barbosa da Silva e Francisco Xavier Camelo Pessoa".<sup>(9)</sup> A eleição do primeiro Prefeito e Câmara de Vereadores se

---

(9) Antonio Vilaça. Histórias que Limoeiro Conta. p. 17.

deu em 06 de Abril de 1893. Limoeiro passa a cidade, contando com quatro distritos, dois dos quais são os atuais municípios de Passira e Cumaru. O primeiro Prefeito de Limoeiro foi o Comendador Antonio José Pestana, candidato único e acobertado pelo Governador Barbosa Lima. Teve apenas um provável adversário, o Coronel Simplicio Gonçalves dos Santos, agraciado com o cargo de Conselheiro Municipal. No dia da eleição do Comendador, votaram apenas os eleitores escolhidos pelo Conselho Municipal, e que haviam sido alistados pelos Intendentes a dedo, escolhidos entre os mais fiéis seguidores de Antonio Pestana. Como era de se esperar, todos votaram no candidato único, legítimo representante das oligarquias locais. E as eleições transcorreram dentro do modelo bem típico da Velha República.

O segundo Prefeito de Limoeiro foi escolhido por Antônio Pestana e deu continuidade a sua obra administrativa.

O terceiro edil municipal foi Antonio Vieira Moura de Vasconcelos, eleito no dia 10 de setembro de 1898, segundo documentos da época, hoje guardados na Fundação Joaquim Nabuco, o mencionado prefeito administrou sob o signo do marasmo, sem deixar nenhuma obra digna de registro. Em 1902, o velho Antônio Pestana nomeia seu sobrinho Júlio Pestana da Silva, o quarto prefeito de Limoeiro. Mas o escolhido, muito ocupado em administrar suas terras, transfere o cargo para o seu pai, Luís José da Silva. A péssima administração de "Luís Piston" como era conhecido compromete definitivamente a família Pestana diante do município

Limoeiro.

Para restabelecer o nome e o prestígio da oligarquia, Júlio Pestana da Silva candidata-se a vaga de quinto Prefeito. Surge no entanto um forte adversário, o Dr. Luís Correia de Oliveira, então delegado do município. Como Júlio Pestana sentiu-se ameaçado de perder as eleições, recorreu ao então Governador de Pernambuco, que o nomeia quinto chefe da edilidade limoeirense.

Teve uma administração profícua, mas assim mesmo foi o último Pestana a exercer cargo Executivo, embora tenha sido eleito, sem concorrentes, o sexto Prefeito de Limoeiro.

Como em outros municípios pernambucanos, as chefias políticas locais, em Limoeiro, ocupam o poder dos longos períodos. No caso da família Pestana, esta assume o poder com José Antonio Pestana, pai do Comendador e que foi Intendente municipal (cargo correspondente a Prefeito) em 1840. A família permanece no poder até 1911. Com a ascensão de Dantas Barreto ao Governo do Estado e o afastamento de Júlio Pestana do exercício do cargo político, o grupo afasta-se definitivamente do cenário político local. O que não significa dizer, no entanto, que afastam-se as oligarquias que têm a base da sua riqueza na propriedade da terra. É o que prova a escolha do Coronel Afonso de Sá e Albuquerque, como o sexto Prefeito de Limoeiro, Senhor do Engenho Parnaso e fiel seguidor do pestanismo. Mas a falta de identificação deste com o Dantismo, leva-o a ser exonerado do cargo. Recorre então ao Supremo Tribunal Federal e vol

ta ao poder em 1912, mas faltando as simpatias do Executi  
vo Estadual, Afonso renuncia em 1913.

Aqui entra em cena Chico Heráclio. Foi eleito Prefeito a 23 de Março de 1920 e toma posse no dia 02 de Maio do mesmo ano. Foi o nono Prefeito de Limoeiro. O peso e a influência do mencionado Coronel, bem como, sua visão, estratégias e estilo de campanha serão analisados logo a seguir, onde fazemos uma "Cronologia" da relação poder/proprriedade da terra. Na época em que Chico Heráclio assume a Prefeitura de Limoeiro, este já era um grande proprietário de terras. Suas fazendas e engenhos totalizavam 52.000 hectares, que se espalhavam pelo município de Limoeiro e outros adjacentes.

Substituiu Chico Heráclio, na Prefeitura do município, outro Coronel, Manuel de Aquino Albuquerque. A este último segue-se o Dr. José Heráclio do Rêgo, irmão do Coronel Chico. Em seguida, assume pela segunda vez o Dr. Pi  
nheiro, deposto em 1930. A este seguem-se quatro interven  
tores, nomeados pelo Executivo Estadual.

Em Abril de 1934, assume a Prefeitura de Limoeiro, João Marinho Falcão, este apontado como líder do município e proprietário do Engenho Duas Pedras. Após João Falcão, torna-se o décimo oitavo Prefeito de Limoeiro o acadêmico de Direito José Braz Pereira de Lucena. Na década de 40 novamente a família Heráclio assume o poder, com duas vitórias de Francisco Morais Heráclio. Este não terminou nenhum dos dois mandatos, por se candidatar a primeira vez como Deputado Estadual e no segundo período por passar par

te do tempo de licença para assumir o Legislativo. Francisco Morais Heráclio é filho do Coronel e hoje vive também na Fazenda Varjadas onde morou seu pai.

Os primeiros anos da década de 50, surpreendem o Coronel no auge do seu prestígio político. Embora sua influência comece a decair em 1952.

Quem foi ele? Qual o seu estilo de dominação nos seus "melhores anos"? É o que tentaremos "retraçar" a seguir.

#### 1.2 - O ESTILO PESSOAL DA DOMINAÇÃO DE CHICO HERÁCLIO

Chico Heráclio nasceu na última década do século passado, em Belo Jardim. Seu pai também foi proprietário de terras.

Embora seu pai tenha mandado Chico para o Colégio do Recife, este lia e escrevia muito pouco. Desde cedo afeito à vida rural, teve uma paixão especial pelos cavalos, mal conseguindo, no entanto, domesticar o alfabeto. Logo, todos desistiram da empreitada: os professores, o pai do Coronel e o próprio interessado, tornando-se este último apenas um semi-alfabetizado. O pai de Chico vaticinou, à época que, "a palavra escrita" e o seu filho jamais haveriam de se entender. E nisto ele estava completamente enganado. Anos mais tarde, o Coronel se tornaria "leitor" assíduo dos jornais recifenses. E mais, saberia utilizar

para si os meios da "comunicação de massas". Utilizou, desde a década de 40, os panfletos que ele mandava imprimir sob a forma de "boletins", para enviar mensagens escritas de larga penetração popular. Sobretudo porque ele que mal sabia escrever, ditava o seu "discurso" na linguagem do povo que ele chefiou por muitos anos. E mais, utilizou os serviços de altos-falantes, assim como, os jornais recifenses, tornando desta forma o seu pensamento conhecido em todo Estado.

Profundo conhecedor dos "negócios de terras", sempre tirou o máximo proveito desta sua habilidade. Intermediava questões de herança das mais intrincadas. Costumava dizer que conseguia fazer o que o Governo não fazia: a Reforma Agrária. A "Reforma Agrária" de Chico Heráclio consistia na compra de terras que ele fazia para depois dividir em lotes para revenda. Chico Heráclio era proprietário das Fazendas Escuro (onde hoje vive o seu filho José Moraes Heráclio) São Roque, Baixa Verde, Varjadas (a mais famosa e a melhor) Santa Teresa, Carié (no município de Buíque), Jerimum, Três Lagoas, Taquai, Salinas (herdada do pai) Queira Deus, Viração, Areias e os Engenhos Santa Cruz e Riachão. Soube ampliar o patrimônio herdado, mediante o seguinte mecanismo: "conhecendo bastante o mercado de terras e usando as possibilidades que o autarquismo enseja ao Coronel, não sentiu atropelos em fazer dinheiro comercializando engenhos e fazendas. Comprar e retalhar foi sempre o sistema. Adquiria uma propriedade à prestação e subdividia-a em vários lotes que eram logo vendidos por preços altamente vantajosos, pagando o que devia com a receita destas

transações e ainda lhe sobrando dinheiro". (10)

Segundo um depoimento de um entrevistado, "ele fazia isto olhando para os dois lados, revendia, não tinha prejuízo e reforçava o seu prestígio". O atual e maior proprietário de terras em Limoeiro teve sua primeira propriedade obtida pela intermediação do Coronel. O Sr. Otaviano Duarte, hoje empresário rural, foi "agradecido" ao Coronel um certo tempo, rompendo em seguida com este último, do qual tornou-se um ferrenho opositor. Quando isto aconteceu, Chico Heráclio já havia se "desentendido" com o Governador Etelvino Lins...

Ao coletarmos os dados que iriam nos permitir traçar o perfil da dominação do Coronel, tivemos sempre em mente, a questão da violência, característica, de uma forma ou de outra, sempre presente no Coronelismo.

A primeira vista, pareceu-nos que Chico Heráclio havia sido um Coronel cujo traço característico de atuação seria a coação física, mediante atitudes violentas e agressividade no modo de agir. A leitura do material coletado revelou-nos que: as práticas coercitivas eram exercidas por elementos que estavam ligados ao chefe político numa relação de subordinação e que estas práticas eram utilizadas por "cabos eleitorais" ou "capangas", (como dizem alguns) como um último recurso. O Coronel era ele mesmo, homem de ouvir muito, extremamente habilidoso na condução das questões que lhe chegavam às mãos. Antonio Vilaça, amigo pessoal do Coronel de muitos anos, enquanto não se de

---

(10) Marcos Vinícios Vilaça. Idem. p. 117.

sentendeu com, talvez o seu maior amigo, nos disse que: "a principal arma de Chico Heráclio foi o "pantim". Na verdade ele sabia aproveitar, em todas as circunstâncias, da fama que lhe atribuíam de homem valente e poderoso". Entrevistando um agricultor que hoje vive na Serra do Redentor, já muito idoso, e que trabalhou muitos anos nas propriedades do Coronel, este nos disse: "O Coroné era brabo? Era não senhora. Viví nas terras do Coroné muitos anos dona, nunca vi ele dá um grito, nem bufete, nem puxá do revrovi. Se nós tava trabaiando ele vinha no cavalo, pró mode vê o siviço e tinha coisa que num gostava, ele falava assim: seus fiô de uma puta, num tão vendo isso não? E aí nós respostava: nós num tem culpa Coroné e aí nós ia remendá a cerca. Era sempre a cerca que o gado derrubava. Mas ele num levantava o braço pro mode bater, nem puxava o revrovi. O Coroné, dona, tinha fita. Ele num matava, mas protegia. Si fosse o causo de si matá alguém, o Coroné escondia nas varjadas e a puliça num ía atrás. Tinha fita o Coroné. Os fios do Coroné tem dinheiro, mas num tem fita, num protege ninguém. E os fio do Coroné diz que num quer nem saber. E cumo eu digo: os fio dele tem dinheiro, mais num tem a fita".

Dona Maria do Carmo Negromonte, professora aposentada de Limoeiro e verdadeiro "arquivo ambulante", disse-nos a mesma coisa, apenas em outras palavras: "violento, Chico Heráclio? Não, não era. Era ladino, maneiroso. Agora, protegia criminoso. Isto ele fazia. Se alguém cometia um crime e lhe pedia proteção ele dava. Escondia o elemento na sua Fazenda e uma vez lá dentro ninguém ousava ir



buscá-lo". E acrescentou: "era amigo dos amigos e dos pro  
tegidos dele".

O atual Presidente da Câmara Municipal de Limoeiro, líder do PMDB, que se considera um "oposicionista his  
tórico" disse-nos "se me perguntar o que o Coronel fez por Limoeiro, eu vou lhe dizer que não fez nada, nem deixou na  
da. Em Limoeiro mesmo, só deixou o casarão onde morreu. Mas ele não era violento, muito pelo contrário, era um ver  
dadeiro político, sabia negociar. Se você fosse um inimigo político, ele tentava lhe conquistar de todas as formas. Quanto a esta conversa que Chico Heráclio gostava de vio  
lência, não, não gostava. Mas se alguém cometesse um crime e pedisse proteção, ele dava. Ia para as Varjadas e lá ia  
trabalhar de graça para o Coronel. Se achasse que tava traba  
lhando demais e fosse reclamar, o Coronel dizia apenas: pois volte para Limoeiro. Como o desgraçado não podia vol  
tar mesmo, ficava trabalhando de graça para o Coronel e sob sua proteção". E acrescentou: "quando eu era menino, meu pai não queria que eu fosse aos comícios, pois tinha medo de confusão. Mas quando começavam a dizer que ia ter muito pau, aí eu não resistia. Eu fugia e ia. Ia só para ver o pau quebrar". Perguntamos apressadamente; "E via"? Ele parou, nos olhou por um momento e respondeu: "Pau, sur  
ra, eu só via mesmo uma. A que levava do meu pai quando chegava em casa".

O Sr. Artur Correia de Oliveira, deputado mais votado pelo PFL em Limoeiro e municípios adjacentes, a quem entrevistamos no Recife, nos disse: "Chico Heráclio era um homem muito afirmativo... vindo do município de Bom Jar

dim. Ele inspirava confiança aos amigos. Ele era positivo e muito decidido, e tomava posições claras e decididas. Ele tinha a confiança do povo da época. Ele tinha um estilo de política diferente, votava-se nele para ter uma proteção em qualquer hora de dificuldade. Mas ele não comprava nem o voto, nem a consciência. O eleitor prendia-se à orientação do Coronel, ele fazia favores, mas não comprava o voto". E acrescentou: "ele atendia sempre com a mesma presteza". Continuando: "O velho Chico tinha uma filosofia e dizia que favor não se faz pela metade. "Perguntamos então se o Coronel era homem de usar a violência. Ele respondeu: "Chico Heráclio tinha seus homens de confiança, mas posso lhe dizer que políticos atuais se tivessem apenas a metade do prestígio que Chico Heráclio tinha, fariam muito mais do que fez ele". Perguntamos então se as pessoas não votariam no Coronel pelo medo, e ele retrucou: "um pouco talvez, porque, às vezes, as pessoas usavam o nome dele, às vezes, as pessoas talvez votassem pelo medo. Mas ele gostava de promover a pacificação".

Reproduzimos trechos completos de entrevistas para analisarmos dois aspectos que nos parece fundamental no estilo pessoal da dominação de Chico Heráclio, mesmo porque, são traços presentes em qualquer processo do mandonismo local: a violência e a proteção.

Como já frisamos anteriormente, embora o Coronel não usasse ele próprio expedientes violentos, o elemento da coerção estava presente. A própria imposição de sub-condições quer fossem aos trabalhadores, quer aos "protegidos" é uma forma de violência típica do sistema coronelis

ta.

Segundo informantes da área, Chico Heráclio te  
ria sido decisivo na vocação artesanal do município de Passira.

Uma das primeiras pessoas a quem entrevistamos  
em Limoeiro foi uma antiga professora, por quem passou vá  
rias gerações de limoeirenses, hoje aposentada e com 75  
anos. Quando lhe perguntamos sobre a "fase áurea" do Coro  
nel, ela nos respondeu: "Ele fez bem, mas foi também per  
nicioso". Quando perguntamos o porquê, ela respondeu: "Li  
moeiro agradece a água e a estrada pavimentada para o Reci  
fe, ao prestígio que o Coronel desfrutava junto a Agame  
non, mas, às vezes, ele prejudicava. "Insistimos em saber  
de que forma, ela sorriu e não nos respondeu.

Mas corre uma história, hoje reproduzida no muni  
cípio de Passira, que é a seguinte: Até 1964, Passira per  
tencia ao município de Limoeiro e lá em Passira fica a Fa  
zenda Varjadas, onde viveu o Coronel. Como era de se espe  
rar, Chico Heráclio tinha um número incalculável de afilha  
dos e comadres naquela área. Quando as meninas cresciam, a  
mãe procurava o compadre para a afilhada, já então uma mo  
cinha, então ele perguntava: "a afilhada sabe ler e escre  
ver?" A mãe respondia: "não". O Coronel retrucava: "se não  
sabe ler, nem escrever, vai ser professora de bordado". E  
conseguiu uma nomeação do Governo do Estado para professo  
ra de trabalhos manuais. Segundo a crônica oral, o Coronel  
não queria que as pessoas fossem alfabetizadas. As mulhe  
res não sabiam ler, nem escrever, mas tornaram-se bordadei

ras famosas. Hoje Passira possui uma produção artesanal (bordado à mão) bastante conhecida no Estado de Pernambuco.

Muitas peças são remetidas para o mercado de Brasília, Sudeste e mercado externo. A vocação artesanal de Passira é completamente apropriada pelas senhores dos fazendeiros locais que comercializam o produto, ora dentro do próprio município, ora nas "boutiques" do Recife. As bordadeiras apenas executam o trabalho, recebendo o tecido devidamente riscado e as linhas. Pelos bordados magníficos que fazem, recebem um pagamento irrisório.

Em 1984, por uma toalha de mesa bordada em pontos matizados e "contados", toda trabalhadora; uma bordadeira recebia a já insignificante quantia de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros). Constatamos pessoalmente o que estamos afirmando, no distrito de Poço de Pau. Além de ouvirmos também uma "queixa" generalizada de deficiência visual e, não raro, de cegueira entre as moradoras da zona rural do município de Passira. A grande maioria das bordadeiras não conhece o Recife, nem tem a menor idéia de onde compraram a matéria prima que usam no seu trabalho (tecido e linha), mas também não têm o menor poder aquisitivo para fazê-lo, vez que o pouco que ganham é utilizado na sobrevivência da família.

O Coronel teria deliberadamente entravado a criação e a proliferação de escolas que alfabetizassem o povo do município de Passira. E, em contrapartida, "influído" decisivamente na vocação artesanal da área.

E com quem teriam aprendido as primeiras borda

deiras o seu ofício?

Corre na tradição popular que, teria sido com freiras italianas trazidas, em tempos remotos, para a região. Não encontramos nenhum registro, nem ninguém soube nos fornecer uma informação precisa sobre esta questão. Contudo, existe ainda hoje em Limoeiro um Centro Social que desempenha um trabalho assistencial muito respeitado pela comunidade e que é dirigido por religiosas.

Quanto ao segundo aspecto, ficou bem claro em todas as entrevistas realizadas, que a proteção dada pelo Coronel era um elemento fundamental no processo de dominação política exercida por este.

A extrema submissão em que vivia o homem do campo, a forma de organização do trabalho, o isolamento, a falta de representatividade dos partidos de oposição na zona rural, a inexistência dos Sindicatos, pelo menos o de Limoeiro foi fundado em 1961 e registrado em 1962, toda esta conjunção de fatores criava o clima propício para o exercício de relações de dominação marcadas pelo cunho da dependência pessoal.

Em 1952, o rompimento do pacto com o Executivo Estadual, no que tangia à escolha do Delegado de Polícia para o município, fez com que a proteção oferecida pelo Coronel parecesse insuficiente. Mas voltaremos a esta questão no III Capítulo.

Na época áurea da dominação política do Coronel, o voto era realmente "favas contadas", no dizer de um agri

cultor. O Coronel sempre orgulhou-se do "seu serviço secreto" e sabia exatamente com quem e com quantos votos contar. E se tinha dúvidas, não deixava por menos. Seus cabos eleitorais faziam um trabalho de urna, trocando chapas até a última hora.

Conta-se que o Coronel, duvidando da "fidelidade" de um correligionário, compadre seu, pediu a um cabo eleitoral de sua total confiança que acompanhasse o tal "compadre indeciso" até uma urna, e lá, trocasse a chapa. Assim foi recomendado e primorosamente executado. Naquela mesma noite, estando o Coronel no terraço das "Varjadas", recebe a visita do compadre que, cabisbaixo, "toma assento" perto do Coronel. E o Coronel pergunta-lhe: "Tá triste compadre, não votou direito?" E o compadre responde: "Coronel, eu só queria saber em quem votei"? O Coronel replica rápido: "Compadre, o voto é secreto".

As eleições para o Executivo Estadual em Limoeiro e municípios sob sua influência davam-se em clima sempre de muita tensão. O padrão das campanhas eleitorais era, muitas vezes, o da ameaça e represálias. Nas entrevistas de campo, com pessoas que vivenciaram o período mencionado, todas nos falaram sobre as figuras imprescindíveis do "cabo eleitoral" e do "capanga".

No geral eram ostensivos quanto aos métodos e propósitos. Recentemente, contou-nos um trabalhador rural de 58 anos, falando sobre o estilo da campanha dos "tempos mais antigos", o seguinte: "naquele tempo, os cabos eleitorais, passeavam de arma na cintura e se ouvia alguma coisa

que não gostava, passava a mão no pé do ouvido do sujeito, batia, dava surra, fazia o que bem entendia e o Coronel escondia na Fazenda Varjada. Agora não é mais assim, se alguém bater em outro, a Polícia prende, tá bem melhor".

Quanto ao papel do "cabo eleitoral", aplica-se à situação em estudo, a observação de Maria Isaura Pereira: "o cabo eleitoral tem, neste caso, o papel de um intermediário e não de um líder; o líder se define como alguém que comanda um grupo devido a sua autoridade pessoal, derivada de seu prestígio pessoal e das possibilidades de falar em nome de um grande coronel, apto a fazer favores; porém na maioria das vezes, ou a primeira, ou a segunda de suas qualidades é que está presente. Nos dois casos, o cabo eleitoral não ocupa realmente uma posição de superioridade em relação aos eleitores; mesmo que seu prestígio pessoal lhe dê certo grau de liderança, sua liderança será muito mais do tipo de "primus inter pares", do que do tipo de dominação". (11)

Chico Heráclio quase não sabia escrever e pouco lia. Mas acompanhava religiosamente todas as notícias veiculadas pelos jornais recifenses. Na sua fase de "apogeu político", tem em Prof. Antonio Vilaça, um amigo como já foi frisado, mas ainda um confidente. Este último lia diariamente os jornais para o Coronel.

Uma mesma notícia era relida muitas vezes a pedido do Coronel Chico. Ele próprio gostava de enviar cartas, mensagens e telegramas, desde que fossem longos. Ditava o

---

(11) Maria Isaura Pereira de Queiroz. Idem. p. 168.

que queria que fosse veiculado e exigia que se escrevesse exatamente da forma como ele estava ditando. E sempre encontrava uma maneira de descobrir se o que ele falava havia sido escrito, com todos os pontos e vírgulas como ele gostava.

Depois do rompimento de Chico Heráclio e o Professor Vilaça, o Coronel teve outro "letrado" para o desempenho do ofício, um homem por nome Inácio. Não conseguimos saber quem exatamente era ele, nem sequer seu nome completo. Mas, segundo Maria Lúcia Heráclio, sobretudo nos últimos anos, o avô passava longas horas com Inácio, ditando "boletins" que, com o tempo, foram tornando-se agressivos e, não raro, levantando aspectos da vida pessoal dos "desafetos".

Nos anos áureos do prestígio político do Coronel, os "boletins" foram de capital importância. Estes serviram como forma eficiente de manipulação eleitoral. Chico Heráclio soube capitalizar para si os "ventos da redemocrtaização" que começaram a soprar com o fim do Estado Novo. No livro "Chico Heráclio - O Último Coronel" o autor explica o objetivo e o caráter dos boletins utilizados pelo Chefe como cabala eleitoral.

O autor, filho do Coronel, explica: "na realidade os boletins surgiram desde a primeira eleição, após a queda do Estado Novo em 1945. Eles eram elucidativos. O Coronel orientava o seu eleitorado, dizendo quais eram os seus candidatos, enaltecendo as suas qualidades, pedindo voto e alertando para os "trocadores de chapa" no dia da



eleição. Aproveitava a oportunidade e já distribuía o envelope com as cédulas dos seus candidatos, encartando na mensagem que trazia o seu retrato uma cédula de cem mil réis" (12)

Dos inúmeros boletins publicados por Chico Heráclio, conseguimos obter apenas um, publicado em 1953, depois do rompimento do Coronel com Etelvino Lins.

No tocante ao processo de campanha e eleição, a manipulação política do Coronel, não raro apelava para a fraude. É um exemplo clássico as eleições para Governador de Pernambuco em 1952. O então candidato pelo PSD, Etelvino Lins, vence em Limoeiro, enquanto seu opositor, Osório Borba (PSB), não obtém nenhum voto. Todos os nossos entrevistados explicam tal resultado como o produto final de uma série de práticas combinadas, sobre as quais discorremos acima, e dão especial destaque a fraude, ou seja, votos que foram dados a Osório Borba e simplesmente rasgados pela mesa apuradora.

Em suma, os anos que vão de 1937 a 1952, caracterizam-se por uma complementariedade quase que perfeita entre poder estadual/chefia política de Limoeiro. As "contradições" estavam sufocadas, mas, no silêncio, elas foram adquirindo corpo e forma, até emergirem em 1952. A princípio, as vozes da "oposição" eram débeis, mas foram "engrossadas" pelas mudanças generalizadas que começavam a ocorrer, desde a base produtiva da região, na forma de organização do trabalho, até a mobilização dos trabalhadores rurais, quer como Liga Camponesa, quer como Sindicatos Ru

(12) Reginaldo Heráclio. Chico Heráclio - O Último Coronel. p. 17.

rais.

O enfraquecimento do "prestígio" do Coronel se ria, sobretudo, acelerado pela "redefinição" da relação executivo estadual/poder local.

No II Capítulo analisaremos o momento de 1937 -1952, período este que representou a fase áurea da dominação do Coronel Chico. Remetemos a explicação desta fase de maior prestígio do chefe de Limoeiro à profunda reciprocidade entre o núcleo do executivo estadual e o poder local.

## II CAPÍTULO

**CHICO HERÁCLIO DE LIMOEIRO OU LIMOEIRO DE CHICO HERÁCLIO?**

**(1937-1952)**

2.1 - BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO PODER

2.2 - O "OLHO D'ÁGUA" DO PODER LOCAL

## II CAPÍTULO

### CHICO HERÁCLIO DE LIMOEIRO OU LIMOEIRO DE CHICO HERÁCLIO?

#### 2.1 - BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A NATUREZA DO PODER

À guisa de introdução do II Capítulo, enfatizamos que o Estado burguês não é apenas o aparelho de poder estatal, mas uma relação que tenta, ora pela coerção, ora pelo consenso, compatibilizar a dominação de uma classe sobre outra.

Decidimos escolher o "núcleo" deste poder: o Executivo Estadual, pela interdependência ou "troca de compromissos" que se estabelece entre aquele e o poder local.

Parece-nos oportuno abordar aqui algumas breves considerações sobre a natureza do poder.

Entendemos que o poder não é propriedade que pertença a alguém ou a um grupo considerado em si mesmo.

Possuir os instrumentos de poder, não significa

possuir o poder em si mesmo, porque o poder não pode ser possuído. Ao contrário, o poder é o exercício de uma relação que não se dá no "vácuo". O exercício do poder dá-se sempre dentro de uma situação de conflito de interesses e valores antagônicos, mesmo que estes antagonismos não apareçam de forma clara e manifesta para os agentes sociais e históricos envolvidos na questão.

Repetimos que o poder é relacional e dinâmico, e diz-se que uma fração de classe exerce o poder se esta pode afetar o curso da ação econômica, política ou social, de algum modo, de forma objetiva e concreta.

Quem exerce o poder pode invocar sanções. As sanções que variam desde a coerção física, pela violência, até a capacidade de privar outros de "benefícios" ou "recompensas".

Neste sentido é o aparelho de Estado, o "foco" típico de onde emana o poder, pois é nele que estão localizados os aparelhos econômicos, repressivos e ideológicos da sociedade.

Mas o poder é uma relação exercida em outros níveis da sociedade. Poder-se-ia dizer que ele é "rarefeito", diluído, perpassa todo o organismo social. No dizer de Foucault, "o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber e produz discurso". (13)

---

(13) Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. p. 8.

## 2.2 - O "OLHO D'ÁGUA" DO PODER LOCAL

Ao resgatarmos de forma linear um pouco da "história" da Política Estadual de Pernambuco e sua relação com a fase áurea do Coronelismo, não estamos assumindo que a história é apenas a mudança de situações, nomes, pessoas etc. Sabemos que, por trás do "factual", estão as verdadeiras forças motrizes que engendram a história.

O que tentamos compreender é a natureza das forças que levam um determinado tipo de dominação ao seu declínio histórico. A forma que esta dominação assume não é o resultado de uma vontade individual, nem a soma das vontades individuais, mas é a expressão de relações estabelecidas entre os homens enquanto classe social.

Relações que indo da esfera da produção, legitima-se nas outras instâncias da sociedade: política, enquanto exercício do poder; ideológica, enquanto concepção de mundo e nas esferas mais estritas do jurídico, ético, religioso, etc.

Apreender as relações de dominação, sob a forma concreta de uma manifestação específica - O Coronelismo - e sua decadência não é o alinhamento de fatos e eventos que "aparentemente" decorrem de ações individuais.

Compreender esta historicidade é desenvolver a força motriz que gera os momentos de "apogeu" e "decadência" deste tipo de dominação.

É compreender a concretude como totalidade, dentro da qual muitas vezes as ações individuais assumem um papel secundário.

O poder exercido pelo Coronel não se deu no "abstrato", nem é "atemporal".

Mas ele foi a expressão de um momento histórico dado. O ponto de convergência, a relação mediatizadora, entre o nível local e a esfera do executivo estadual.

O "estilo pessoal" da dominação de Chico Heráclio, útil em dado momento, não é suficiente para conter o seu "esvaziamento" no momento seguinte, configurando, desta forma, instantes inseparáveis: apogeu e declínio do seu prestígio.

No primeiro momento, mediatiza e serve como interlocutor entre as bases locais e o Poder Executivo Estadual. Na fase posterior, a intermediação passa por outros canais: partidos políticos, sindicatos, associações, etc., e o discurso coronelístico resvala para o pitoresco, o folclórico.

Portanto, se consideramos o Executivo Estadual o núcleo central de onde emana o poder exercido pelas chefias locais, cumpre repassarmos a seguir um pouco do período de 1937-1952, sua significação para Pernambuco e para Limoeiro.

Por que o "olho d'água" do poder local? Em primeiro lugar porque o "olho d'água" é uma fonte de água cris

talina, que brota sem cessar, de aparência singela. É permanente. É um fio de água que sai das entranhas da terra, a princípio, um fio muito frágil, azulado, despretencioso. Mas é o "olho d'água" que alimenta cabeceiras de córregos, riachos e rios. O pequeno riacho inicial encontra outros córregos e, pela soma de forças, forma uma correnteza caudalosa.

As "cabeceiras" do rio caudaloso que foi o poder de Chico Heráclio, entre 1937-1952, foi, sem sombra de dúvidas, o "olho d'água" dadivoso do Poder Executivo Estadual, a conceder benefícios, empregos, favores e nomeações. E as águas nascidas do Poder Estadual correram sobre o terreno altamente favorável da submissão econômica do homem do campo, da falta de organização e representatividade dos trabalhadores, do poder abusivo das chefias locais. E acrescidos a estes fatores, somavam - se a singeleza de uma concepção ingênua de mundo, de uma aceitação da situação vigente, de uma acomodação que foi imposta às oposições e aos dominados, até os primeiros anos da década de 50. Foi a herança do Estado Autoritário, enterrado em 1945, mas cujo legado estendeu-se anos afora.

O período 1937-1952 recobre diferentes momentos vividos pelo Estado Nacional. Em 1937, é instaurado o Estado Novo, cuja característica básica é o seu autoritarismo que silencia as lideranças políticas oposicionistas e impede a organização da sociedade civil.

No dizer de Dulce Pandolfi, o "chamado Estado Novo tem como características básicas o fortalecimento do



Executivo Federal, o relativo distanciamento e enquadramento das forças sociais através da estrutura corporativista, a abolição dos partidos políticos e o conseqüente controle da vida política do país". (14)

Há uma tentativa de incorporação dos projetos das diferentes camadas sociais ao controle rigoroso da máquina estatal.

Em Pernambuco, a antiga elite política vê-se aliada do poder, juntamente com o seu líder o Governador Carlos de Lima Cavalcanti. Avulta a figura de Agamenon Magalhães, nomeado Interventor do Estado em 1937, cargo que ocupa até sua indicação para o Ministério da Justiça em 1945. Como interventor do Estado, Agamenon escolhe para ocupar seu secretariado, pessoas da sua absoluta confiança, perfeitamente identificados com a filosofia política e estratégias do Estado Novo. Este critério estende-se na escolha para dirigir outros órgãos, quer diretamente submetidos ao Executivo Estadual, quer ligados à esfera federal. Quando a indicação dependia do Governo Central, Agamenon, homem de confiança de Getúlio Vargas, pressionava para que as nomeações obedecessem o mesmo critério utilizado nas indicações estaduais. Agamenon consegue assim administrar, sob estrito controle e vigilância e de forma altamente centralizadora. Em contraposição ao Governador anterior, que havia dado ênfase ao "caráter" técnico e imparcial da sua administração, Agamenon assume uma postura nitidamente política, fazendo escolhas e nomeações, tomando como crité

---

(14) Dulce Chaves Pandolfi. Pernambuco de Agamenon Magalhães. p. 43.

rio básico a identificação com o conteúdo ideológico do Estado Novo e a fidelidade incondicional a sua pessoa.

Dentre os amigos da absoluta confiança de Agamenon Magalhães, desponta o nome de Chico Heráclio de Limoeiro, amizade que nunca "arrefeceu", embora o Coronel tenha rompido com muitos que a ele estiveram ligados no decorrer da sua longa vida.

Chico Heráclio havia entrado na cena política em 1920. Eleito Prefeito de Limoeiro a 23 de Março, toma posse no dia 02 de Maio deste mesmo ano. Mas é com a ascensão de Agamenon que o Coronel vê o seu prestígio reforçado. Data daí suas visitas frequentes ao Palácio do Governo em Recife, sendo recebido como o "Leão das Varjadas". Varjadas é o nome da fazenda onde viveu. Em nossa pesquisa de campo, encontramos um ex-morador do Coronel, hoje em idade bem avançada e que nos disse: "quando o Leão dava um urro, o Recife escutava".

Proprietário de extensos latifúndios, tendo na figura do morador sua principal FORÇA DE TRABALHO, Chico Heráclio, na época era o chefe absoluto e inquestionável de Limoeiro e adjacências, tendo neste aspecto encarnado a "exemplaridade" de um perfeito Coronel, sobretudo no que tange a "troca de compromissos" com o Executivo Estadual. Chico Heráclio não podia prescindir de Agamenon Magalhães, mas a recíproca também é verdadeira. Dono de "imenso curral eleitoral", Chico Heráclio exercia um controle absoluto nas questões de terra, nas questões políticas e até na solução de impasses de ordem pessoal. Segundo depoimento

de seu filho Walter Heráclio, a quem entrevistamos na cidade do Recife, "Agamenon deu carta branca ao Coronel, meu pai". Ponto altamente neuvrágico nesta "troca de compromissos" era a escolha das autoridades locais, revestindo-se de particular importância, a nomeação do delegado local. Agamenon Magalhães, enquanto interventor, respeitou rigorosamente este pacto com Chico Heráclio e Limoeiro, sempre teve delegados escolhidos entre pessoas da mais estreita confiança do Coronel, o que fazia o "matuto sentir-se protegido, seguro". (Entrevista com líder político. Recife, Abril/1988).

A "troca de compromissos" entre o Coronel e Agamenon, oito anos no Governo de Pernambuco, na qualidade de interventor, foi fundamental na consolidação do prestígio de Chico Heráclio. Bem como, foi decisivo para o Governo, porque o Coronel fazia Limoeiro "enxergar" Agamenon e o seu Governo como o grande "benfeitor" dos municípios agrestinos. E isto foi fundamental no momento da "redemocratização" da ordem política em 1945.

Em 1945, Agamenon Magalhães deixa o Governo do Estado de Pernambuco e vai, a convite de Getúlio Vargas, ocupar o Ministério da Justiça. Segundo seus biógrafos, Agamenon anteviu o fim do Estado Autoritário e confidenciou a um amigo que ia para o Ministério da Justiça providenciar o sepultamento do Estado Novo.

Em 28 de Maio de 1945 é decretado o novo Código Eleitoral, popularizado como Lei Agamenon, cujos alicerces eram:

- a) partidos políticos nacionais (o que fora in  
tentado, mas não conseguido na década ante  
rior);
- b) Justiça Eleitoral Autônoma;
- c) Alistamento Simples e Extenso;
- d) Voto Secreto;
- e) Apuração rápida ou imediata.

A Lei Agamenon permitiu de certo modo a continui  
dade dos grupos situacionistas, dificultando a estrutur  
ção dos adversários. A maior dificuldade seria a exigência  
de bases nacionais para os partidos, através das assinatu  
ras de no mínimo 10.000 eleitores, distribuídos em cinco  
Estados. Isto não representava maiores problemas para um  
partido do círculo oficial. Mas para a oposição e especi  
ficamente para a UDN, maciçamente sediado no Centro-Sul do  
País, impunha-se uma série de estratégias ao nível de cada  
Estado da Federação. Em maio de 1946, um decreto umenta  
ria para 50.000 o número exigido de assinaturas, sem, no  
entanto, ter caráter, quer dizer sem prejudicar os parti  
dos já registrados.

O Partido Social Democrata (PSD) nasce em 1945,  
tendo a Agamenon Magalhães como seu principal articulador.  
Partido oficial, nascido de dentro da máquina estatal e  
abrigoando vários nomes ligados diretamente ao estado novis  
ta. Coube a Etelvino Lins, a tarefa de organizar o PSD no  
Estado de Pernambuco. Etelvino, em 1945, era o Interventor  
do Estado, em substituição a Agamenon Magalhães. Foi uma  
tarefa fácil, pois a máquina partidária foi montada, utili

zando a burocracia oficial.

O lançamento oficial do partido foi no Recife no dia 24 de Março de 1945, no Teatro Santa Isabel, na presença de oitenta e quatro delegações municipais. (15)

O PSD, em Pernambuco, foi criado tendo como base o coronelato sertanejo e agrestino, que havia sido estritamente fiel do Estado Novo. O PSD aglutina os chefes políticos da zona rural, membros da burocracia estado-novista e representantes de Cooperativas de peso em Pernambuco. Por esta composição, o PSD consegue adequar-se ao modelo oligárquico modernizador.

No momento da formação do partido oficial em Limoeiro, cabe ao velho Chico Heráclio a tarefa de organizá-lo. Era fundamental para o partido político, o prestígio e os votos de que dispunham o Coronel. E em troca, este recebia o apoio do PSD, o direito de escolher as autoridades locais e outros benefícios. Como é o caso do abastecimento de água de Limoeiro. Sobre o assunto escreve, Prof. Vilaça: "quando o Estado Novo sentiu chegar ao fim, tratou de formar as bases eleitorais que destruía. Em Pernambuco, principalmente, pois Agamenon Magalhães sempre revelou-se político de foro. Não iria perder a oportunidade de contar com o apoio das forças políticas limoeirenses, esteia das no heraclismo. E para aliciar estas forças acedeu às suas exigências, uma delas ser Limoeiro abastecida de água do Sirigi. Eleito pelo PSD, Governador de Pernambuco, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho Sobrinho se empenhou vivamente em abastecer Limoeiro, canalizando água do Rio Sirigí, dan

(15) Ver sobre a origem do PSD em Pernambuco Dulce Pandolfi  
Idem p. 96.

do, desta maneira, cumprimeiro às promessas que fizera co  
mo candidato.

Todo trabalho foi realizado no seu Governo, apen  
nas o ato inaugural coube a Agamenon que sucedeu na govern  
nança de Pernambuco ao Dr. Barbosa Lima". (16)

" A instalação da água em Limoeiro foi o cumpriment  
to de uma promessa que Agamenon fez a Chico Heráclio. Agam  
menon telegrafou do Rio de Janeiro para o Coronel, dizendo  
que uma comitiva viria comer uma "buchada" na sua residên  
cia. Este telegrafou respondendo que não seria possível  
fazer a "buchada", pois a água não tinha chegado a Limoeir  
ro, o que veio acontecer algum tempo depois. Quem "botou"  
a água foi Barbosa Sobrinho, mas quem veio inaugurar foi  
Agamenon. " (Entrevista com Walter Heráclio).

O PSD já oficializado desde 1945 disputa para Gov  
verno do Estado, os pleitos de 1950, 1952 e 1954.

No pleito de 1950, vence as eleições Agamenon,  
candidato do PSD. Segundo entrevistados, Chico Heráclio,  
articulando-se com outros Coronéis, teria lançado a candid  
datura de Agamenon, na disputa, da qual sai vitorioso para  
governador pernambucano. Conforme pessoas entrevistadas,  
"foi a eleição de 1950 em troca da água para Limoeiro".

Já no pleito de 1950, a UDN e o seu candidato  
João Cleofas, apesar de derrotada consegue um resultado  
bastante razoável. A este respeito, escreve Antonio Lavared  
da: "Cleofas flagorosamente derrotado em municípios como

(16) Antonio Vilaça. Histórias que Limoeiro Conta. p. 219.

Limoeiro, Serrita e Serra Talhada, consegue praticamente dividir a votação com Agamenon em Bom Jardim, Petrolina, Salgueiro e Exu. Isto significa que, apesar de ser o PDS o partido mais expressivo na região do Agreste e do Sertão, a UDN também detinha alguma influência junto a importantes chefes políticos. Entretanto, Limoeiro, chefiado por Chico Heráclio, e Serrita por Chico Romão, são exemplos típicos da vinculação entre a máquina pessedista e estes coronéis e do "controle" que estes detinham junto ao eleitorado".<sup>(17)</sup>

O então Governador de Pernambuco, eleito em 1950, Agamenon, morre subitamente e novas eleições são convocadas em 1952.

Com a morte de Agamenon, Etelvino assume a chefia do PSD em Pernambuco.

Para as eleições de 1952, o PSD lança o nome do candidato Etelvino Lins à vaga de Governador do Estado. Em um momento único da história pernambucana, a UDN, por razões estratégicas, apóia também o nome de Etelvino, o mesmo acontecendo com partidos menores: PDC, PSP e PL. Mas era muito difícil para os udenistas e até mesmo para alguns pessedistas aceitar o nome de Etelvino Lins. Este herdara de Agamenon, o autoritarismo, a identificação com o Estado Novo, mas não assimilara a sua habilidade nem apelo carismático. As oposições mais radicais não aderem a Coligação Democrática Pernambucana e lançam a candidatura de Osório Borba pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro).<sup>(18)</sup>

---

(17) Antonio Lavareda e Constança Sá. Idem. p. 96.

(18) Ver em Dulce Pandolfi - Idem. p. 148.

Em Limoeiro, Chico Heráclio, no auge do seu pres  
tígio, usando de diversos recursos, dá uma vitória estron  
dosa a Etelvino, fazendo com que Osório Borba não tenha se  
quer um único voto, a coligação mostrou-se eficiente ao  
dar ao candidato Etelvino Lins, uma vitória de quase 200%  
sobre o candidato da oposição. Na escolha do seu secreta  
riado, todos os partidos foram aquinhoados, cabendo ao PSD  
a maior e melhor parte. Mas os pessedistas mais tradicio  
nais não viam com bons olhos a política de unidade defendi  
da pelo Governador eleito. Entre estes, o Coronel Chico He  
ráclio.

No jogo político de composição das forças do PSD  
e UDN que levariam Etelvino Lins ao poder, foram feitas vá  
rias concessões. Uma delas era o controle da força poli  
cial pelos grupos não pessedistas, nos municípios do inte  
rior. Era uma tradição dentro do PSD, a nomeação das auto  
ridades policiais. Por isto, os chefes políticos loca  
is não queriam aceitar a escolha da força policial, feita de  
uma forma que não por indicação das oligarquias rurais, fi  
liadas ao PSD. Isto leva o Coronel Francisco Heráclio a  
romper definitivamente com o Governador Etelvino Lins em  
1952. Como isto aconteceu e quais as repercussões para o  
prestígio do Coronel veremos em capítulo posterior.

O "olho d'água" que alimentara a concreteza do  
Poder Local começava a secar.

Ao lado disto, as décadas de 50 e 60 foram bas  
tante significativas no que tange ao início do debate so  
bre a posse da terra e a extinção das formas arcaicas de



relações de trabalho na agricultura. Mesmo antes do surgimento da Primeira Liga Camponesa no Engenho Galiléia, em 1954, já existira esforços anteriores em organizar a massa rural em movimentos organizados sob a orientação de partidos políticos de esquerda. No mesmo ano de 1954, Limoeiro sedia o Primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais. A temática principal do Encontro é a crescente subordinação da terra ao capital e uma conseqüente substituição das relações de trabalho tradicionais no campo por formas combinadas ou puramente assalariadas.

Já dois anos antes, em 1952, Limoeiro começara a reagir ao domínio político do Coronel, começando a dar forma ao que hoje é chamada de "oposição histórica" e começava a redefinir-se as tramas do Poder Local, que veremos no III Capítulo.

### III CAPÍTULO

#### **DECADÊNCIA POLÍTICA DO CORONEL CHICO HERÁCLIO**

3.1 - REDEFINIÇÕES DA POLÍTICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

3.2 - LIMOEIRO COMEÇA A MUDAR, E AGORA CHICO HERÁCLIO?

### III CAPÍTULO

#### DECADÊNCIA POLÍTICA DO CORONEL CHICO HERÁCLIO

##### 3.1 - REDEFINIÇÕES DA POLÍTICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

No jogo político de composição das forças do PSD e UDN que levariam Etelvino Lins ao poder, foram feitas várias concessões. Uma delas era o controle da força policial pelos grupos não pessedistas, nos municípios do interior. Era uma tradição dentro do PSD, a nomeação das autoridades policiais. Por isto, os chefes políticos locais não queriam aceitar a escolha da força policial, feita de uma forma que não por indicação das oligarquias rurais, filiadas ao PSD. Isto leva o Coronel Francisco Heráclio a romper definitivamente com o Governador Etelvino Lins em 1953.

O então Governador de Pernambuco, no ano de 1953, estava em desacordo com seu próprio partido, no plano nacional, vez que Etelvino Lins temia o anti-varguismo e aspirava ele próprio concorrer à Presidência da República,

no pleito de 1955. Enquanto Etelvino desagradava ao pess  
dismo pernambucano e nacional, atraía as simpatias dos ude  
nistas. O Etelvino Lins, a partir de outubro de 1953, começa  
a articular uma frente única, que se pretendia "supra  
-partidária" para combater a corrupção, subversão e desor  
dem social. (20)

As eleições para Governo do Estado de 1954 são  
antecedidas por uma campanha anti-Vargas. A UDN pernambucana  
temia fazer aliança com o PSD, pois achava-se prejudicado  
nos acordos de 1952, vez que acusava o Governo de Etel  
vino Lins de acentuadamente pessedista. Para conciliar as  
diferenças do PSD e UDN, surge o gaúcho General Cordeiro  
de Farias como candidato extra-partidário. A tônica da campanha  
de Cordeiro de Farias era a oposição ao Poder Cent  
ral e a Vargas. O gaúcho no entanto tenta não se envolver  
com questões políticas locais.

Segundo depoimento de Cordeiro de Farias: "assim,  
a minha candidatura tinha o objetivo de transformar Pernambuco  
num centro regional de resistência ao eventual continuismo  
getulista... Naquelas circunstâncias, de fato, Pernambuco  
pretendia dispor na chefia de seu Governo de alguém  
que fosse capaz de atuar a nível nacional. Pernambuco seria  
o centro da rebelião no Nordeste, e Etelvino e seus  
amigos estavam conscientes da gravidade da situação. Eu  
jamais aceitaria ser candidato apenas por motivos de política  
local. Nunca mergulhei na política regional. Somente

---

(20) Ver em Maria Dulce Pandolfi - Idem. p. 154.

uma ótica nacional poderia, portanto, me levar à candidatura. (21)

Concorrem às eleições para Governo do Estado, em 1954, o Osvaldo Cordeiro de Farias, pelo PSD e João Cleofas de Oliveira, pela UDN. Em relação ao panorama nacional, a situação era a seguinte: o PSD pernambucano fazia uma campanha anti-varguista, enquanto os dissidentes do PSD pernambucano e a UDN apoiavam Getúlio Vargas, contrariando assim as diretrizes nacionais do partido. A secção estadual da UDN aproximava-se bem mais de Vargas que o PSD pernambucano, e contrariando, no entanto, a UDN nacional. O mesmo acontecia com o PSD que estava bem mais identificado com a UDN nacional do que com o PSD nacional.

Nas eleições de 1954, mais uma vez vence o PSD. E mais uma vez é o mundo rural quem consolida a vitória do PSD. Porém, desta vez, a UDN vence nos redutos de Chico Heráclio e de outros coronéis. Abaixo apresentamos um quadro que apresenta a evolução do quadro político de Limoeiro, nas eleições para Governo do Estado em 1950, 1952 e 1954.

#### QUADRO Nº 1

Resultado das Eleições para Governador de Pernambuco nos anos 1950, 1952 e 1954

	1950	1952	1954
PSD (Situação).....	7.329	6.061	2.351
Oposição Estadual.....	802	0	4.214

Fonte: Dados do TRE (tirado de Constança Sã. Poder e Voto).

(21) Plano de Governo do General Cordeiro de Farias. Diário de Pernambuco (Recife). 13.07.1954. Citado em Maria Dulce Pandolfi. - Poder e Voto. p. 103.

Com todo o desgaste, o PSD continuava a ser, no entanto, o partido da maioria em Pernambuco.

Portanto, as eleições de 1958 e 1962 refletem as fortes repercussões sobre a economia regional do intensivo processo de industrialização do Centro-Sul do País.

Até a década de 60, a atuação do Governo Federal na Região limitava-se praticamente ao repasse de parcelas de arrecadação fiscal, ou a algumas medidas parciais de combate às secas. O Estado preocupava-se, tão somente no Nordeste, na reprodução das estruturas econômicas e de poder, ao contrário do Centro Sul, onde o fluxo do excedente da economia agrícola era investida no setor industrial. Para se compreender as mudanças ocorridas na conjuntura nordestina, é preciso entender as repercussões do intenso processo de industrialização da região Central Sul nesta década.

Coloca-se, no momento, a questão da sobrevivência das classes dominantes, no processo de modernização imposto pela redefinição do modelo econômico a que se submete o País, sobretudo o seu polo hegemônico, a partir da década de 60. No Estado de Pernambuco, aguçam-se as contradições entre as oligarquias agrárias, politicamente dominantes, e a função da burguesia agroindustrial.

Os setores tradicionais das oligarquias, mais presos ao caráter clientelístico do Estado e sem disputar um novo papel no complexo capitalista emergente, aceitam as disparidades regionais, em troca dos benefícios concedidos pelo Estado. Já na década de 50, surgem candidatos a

governos estaduais que apresentam como bandeiras de luta a modernização da economia.

Em Pernambuco, entre 1954 e 1957, as manifestações mais sistemáticas da oposição são lideradas por segmentos da indústria e comércio, e começam no Governo do General Cordeiro de Farias. Exatamente por conta do descompromisso do seu governo com as especificidades da economia regional e local. Além do impacto provocado pelas mudanças nas regras econômicas da região, há um fator importante neste momento histórico: o acordo entre as diversas forças que fazem oposição ao Governo Estadual.

Em 1955, as forças progressistas organizam e realizam o "Congresso de Salvação do Nordeste". Este Encontro reuniu representantes sindicais, deputados, vereadores de todos os Estados do Nordeste e de todos os partidos políticos, tendo uma grande repercussão. Os temas básicos disseram respeito às disparidades regionais e reforma agrária. Após este evento, organiza-se uma aliança entre comunistas, socialistas, trabalhistas e setores da esquerda nacionalista, para a disputa da Prefeitura do Recife em 1955.

Esta coligação ficou conhecida como a "Frente do Recife". Conquistou respeito e popularidade e deu ao seu candidato uma brilhante vitória. A vitória de Pelopidas Silveira para Prefeito do Recife e mais o descontentamento de um grande número de empresários, em relação ao Governo Estadual, permitiu uma aliança entre as esquerdas da "Frente do Recife" e setores do empresariado, filiados à tradicional UDN. O Partido Comunista, fundamental nesta aliança,

procura fazer um trabalho de conscientização popular, relacionando o descontentamento com questões políticas e econômicas mais amplas.

"Aquele momento, os sinais estavam trocados".<sup>(22)</sup>

O PSD, a nível nacional, representava os interesses desenvolvimentistas do Centro-Sul e a UDN, os setores mais ligados a agricultura de exploração do Nordeste.

A aliança oposicionista apresenta como candidato a Governador de Pernambuco, nas eleições de 1958, o nome do usineiro Cid Sampaio. Criaram-se aí dois problemas. De um lado, a corrente mais independente da Frente, na qual estava Miguel Arraes, queria um candidato mais identificado com as forças populares. Por outro lado, o segmento mais conservador da UDN tentava compatibilizar o seu tradicionalismo com o apoio dado pelos comunistas ao candidato da oposição. O estilo agressivo de Cid Sampaio era uma preocupação para o partido conservador, que tencionava a substituição do nome de Cid por outro mais moderado. O PSD lança um candidato oriundo da classe média sem maiores compromissos com os coronéis interioranos: Jarbas Maranhão.

Contornadas as principais dificuldades, tem-se nas eleições de 1958: de um lado, Cid Sampaio e Pelopidas Silveira para vice e, como candidato da situação, o nome de Jarbas Maranhão. Uma forma de vencer a resistência de certas camadas populares, ao nome do produtor Cid Sampaio, foi a mediação dos sindicatos influenciados e controlados pelo PTB-PC. Setenta líderes sindicais assinam um manifes

(22) Ver em Antonio Lavareda. Idem. p. 113.



to apoiando o programa da chapa da frente oposicionista.

O discurso de oposição tinha como principais temas: a luta contra as desigualdades regionais, pelo incremento da indústria, luta por um planejamento regional, etc.

Finalmente vence as eleições de 1958 para Governador do Estado, Cid Sampaio, obtendo 79.04% da votação, contra 20.96% de seu opositor Jarbas Maranhão. Qual a posição do Coronel, em relação às eleições de 1958, veremos no final deste Capítulo.

Depois de eleito, no entanto, Cid Sampaio não cumpre as promessas feitas durante a campanha. Apenas nos primeiros meses de mandato, parece disposto a cumprir os compromissos assumidos com a Frente Oposicionista. O Governador eleito indica o nome de Miguel Arraes para a Secretaria da Fazenda e instala uma assessoria sindical com nomes de peso dentro do Partido Comunista. Cid tenta angariar as forças políticas progressistas, a fim de garantir a sua própria base de sustentação.

Forçado pela intensa mobilização no campo, através da pressão exercida pelas Ligas Camponesas, o Governador desapropria em ato público, o Engenho Galiléia. Foi o quanto bastou, para que os grandes proprietários de terra começassem a se sentir ameaçados. O Governo recua e cria então as primeiras divergências com os aliados do tempo da campanha.

O então Governador de Pernambuco busca apoio nas

forças direitistas. O rompimento oficial de Cid Sampaio com a "Frente do Recife" dá-se em Janeiro de 1962. Portanto, aí termina a aliança da esquerda com a burguesia regional que, acostumada à completa manipulação econômica e política, não podia suportar a tentativa de organização e mobilização da classe trabalhadora, quer fosse rural ou urbana.

A intensa mobilização política do Estado de Pernambuco, em torno das reformas de base, dá um cunho extremamente ideológico à campanha da sucessão de Cid Sampaio. O único nome capaz de reunir em torno de si todos os setores populares, foi o do então Prefeito do Recife, Miguel Arraes de Alencar. Miguel Arraes, escolhido Secretário da Fazenda em 1952, tem o seu nome lançado para candidato a Prefeito do Recife, pela "Frente do Recife" em 1953, sendo eleito com ampla maioria de votos. Como administrador da cidade do Recife, Arraes impõe um tipo de Governo, onde os recursos públicos são realmente destinados à coletividade. Foi estabelecida uma unidade entre as forças que compunham a "Frente" e dissidentes do bloco conservador, advindo do Partido Social Democrático, o PSD.

Muitas lideranças pessedistas do interior estavam ansiosas para vingarem-se de Cid Sampaio, que vinha fazendo uma administração nitidamente udenista. Cid havia se incompatibilizado com vários Coronéis do Sertão e Agreste, dentre estes o Coronel Chico Heráclio de Limoeiro.

Daí a razão pela qual o Coronel apoiou a campanha para eleição do candidato Miguel Arraes à Governador de Pernambuco em 1962. A unificação e participação popular

foi a tônica da Campanha de Arraes. A principal bandeira de luta de sua campanha era a questão das reformas de base, sobretudo da Reforma Agrária. Mas o principal testemunho a favor do candidato oposicionista foi sua profícua administração como Prefeito da Cidade do Recife. Isto lhe garantiu as simpatias dos setores médios urbanos, além de aumentar sua aceitação entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Arraes vence com expressiva maioria de votos na Capital, na área metropolitana, além de obter excelentes índices na zona da mata. Também saiu-se relativamente bem nas zonas interioranas, o que é explicado pelo apoio dos coronéis pessedistas, como é o caso de Limoeiro. Para o Governador eleito, o primeiro desafio foi a composição do seu secretariado e outros cargos de confiança, de tal sorte a contemplar as forças díspares que contribuíram na sua eleição. A segunda questão era incorporar as novas exigências das classes populares, dentro do aparelho formal de Estado.

O secretariado escolhido é composto por políticos e técnicos representantes de tendências políticas heterogêneas; mas tendo em comum o propósito de efetivação de reformas sociais. A definição do secretariado não agradou ao PSD que queria uma equipe mais conservadora. Também não agradou ao PTB que se sentiu preterido. E, ao nível da Assembleia Legislativa, esta, em sua maioria, estava constituída de deputados conservadores ligados aos dois maiores partidos tradicionais. Segundo Antonio Lavareda, o "O Pla

no de Ação para o primeiro ano de mandato do Governo Arraes enseja compatibilizar as propostas das mudanças de cunho estrutural, com os limites de uma administração estadual. Neste primeiro plano constavam os seguintes objetivos: a) elevar progressivamente os recursos orçamentários destinados a investimentos; b) contribuir para acelerar o progresso e promover uma equitativa distribuição da renda social; c) garantir uma maior coordenação dos recursos destinados aos desenvolvimentos interregionais do Estado; d) estimular o processo de democratização do poder público".<sup>(23)</sup>

O Plano repousava, em última instância, numa concepção de Estado que, a força política direcionada por forças progressistas, teria condições de aplicar recursos do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e a realização de reformas sociais.

Numa tentativa de transformar propostas teóricas em ações concretas, Arraes transfere as questões agrárias da Secretaria de Agricultura para uma outra, criada especialmente para este fim, a Secretaria Especial de Assistência, com o objetivo de lidar com os conflitos sociais no campo. Arraes adota outras medidas que aumentam seu prestígio junto às camadas populares: a obrigatoriedade do salário mínimo na área rural, a criação do Grupo Executivo da Produção de Alimentos e da Companhia de Revenda e Colonização, a fiscalização para a aplicação das normas do Estatuto do Trabalhador Rural e o Plano de Educação de Adultos, através do método Paulo Freire. Arraes busca uma conciliação entre as elites e a massa dos trabalhadores.

---

(23) Antonio Lavareda e Constança Sá. Poder e Voto. p. 128.

Mas quando João Goulart assume o Governo Federal, as classes dominantes não acreditavam mais em uma saída para a situação de crise em que vivia o País. O Estado populista já não interessava à expansão do capital nacional associado ao capital internacional. As oligarquias e a enigmática burguesia nordestina integraram-se nas articulações que culminaria com o Golpe Militar de 1964. O que viria garantir o espaço político necessário para a expansão do capital associado e manutenção das estruturas de exploração econômica, política e social vigentes. O Coronel Francisco Heráclio, pelas razões anteriormente explicadas, havia apoiado a candidatura de Miguel Arraes. Em entrevista com uma contemporânea do Coronel, perguntamos a informante como este havia se colocado diante da cassação de Arraes, em 1964. Esta, de pronto, nos respondeu: "Ele era ladino", a esta altura já se articulava com lideranças políticas que viam a formar o Partido do Governo, ou seja, a ARENA.

Mas antes mesmo da cassação do então Governador Arraes, Chico Heráclio já havia se incompatibilizado com aquele; "supostamente por não conseguir influenciar na escolha das autoridades policiais para Limoeiro" (entrevista com o líder do PMDB na Câmara Municipal de Limoeiro).

Neste momento o prestígio do Coronel já estava desgastado, como veremos no próximo segmento. Aliás, a decadência da chefia política de Limoeiro havia começado a configurar-se deste muito tempo antes, exatamente no Governo de Etelvino Lins. A incompatibilidade do Coronel com o Executivo Estadual, juntamente com fatores internos a nível local, terminam por inviabilizar a influência de Chico

Heráclio nas suas bases políticas.

### 3.2 - LIMOEIRO COMEÇA A MUDAR, E AGORA CHICO HERÁCLIO?

Este ítem tem como objetivo as mudanças porque passou Limoeiro e a configuração da decadência política de uma chefia que perdurou mais de meio século.

A década de 50 marca o início das mudanças irreversíveis em Limoeiro.

Com o rompimento do Coronel e Etelvino Lins em 1953, o pretígio do "Senhor das Varjadas" começa a dar sinais evidentes do seu lento e gradual desgaste.

Como já foi dito antes, o "môvel" do rompimento foi a escolha das autoridades policiais para o município.

O rompimento com o Executivo Estadual foi iniciativa do próprio Governador Etelvino, através de carta entregue por um portador ao Coronel. (Entrevista com Walter Heráclio. Recife. Abril de 1988).

Segundo entrevista com seu filho, ao receber a mensagem escrita vinda do Recife, Chico Heráclio retrucou: "é letra de Etelvino"? "Serve para me limpar, pois estou até doente". À época, a segurança de Limoeiro estava entregue ao Coronel de Polícia Higino José Belarmino e o Tenente José de Alencar, colocados em Limoeiro para "acabar com o prestígio político do Coronel. (Entrevista com o Deputado Artur Correia de Oliveira. Recife/1988).

Chico Heráclio chamava a um de Coronel Pato Preto e ao outro de Tenente Cururu. Segundo entrevista com pessoas que participaram ativamente deste momento, "Limoeiro virou uma praça de guerra". Inaugura-se a partir daí uma fase de perseguição política aos eleitores e canos eleitorais de C. H. A repressão policial incidia sobretudo em relação aos cabos eleitorais. Estes eram revistados e presos. A polícia chega a montar metralhadoras apontadas para a casa do Coronel.

O fato de transformar-se no alvo da perseguição policial, esta devidamente respaldada no aval do Executivo Estadual, causa um profundo "desgosto" em Chico Heráclio. Pela primeira vez na vida, teve suas propriedades revista das pela polícia. (Entrevista com um antigo cabo eleitoral do Coronel. Limoeiro/1988).

Os eleitores, até então, "protegidos" pelo Coronel, começaram a se sentir ameaçados. A "tutela coronelística" já não representava, segurança. Muito pelo contrário, rompido a "troca de compromissos", os "heraclitas" foram ameaçados e alguns detidos em prisões arbitrárias. O rompimento com Etelvino começava a abalar, de forma irremediável, as bases do prestígio do chefe local. Pois, como nos disse um deputado no Recife: "o rompimento com Etelvino repercutiu porque o matuto gosta de proteção, quando o Coronel passa a ser perseguido, muitos se afastaram dele, pelo seu desprestígio junto ao Governador". Durante as campanhas eleitorais, o destacamento policial tenta impedir a realização de comícios, a favor dos candidatos do Coronel, em vários distritos de Limoeiro. A cada notícia de impedi

mento desta ordem, Chico Heráclio pessoalmente confrontava-se com as autoridades policiais. A sua notória habilidade e sobretudo a sua fama de valente sempre terminaram por vencer a determinação da polícia. E os comícios acabavam por se realizar.

Após o rompimento de Etelvino Lins e Chico Heráclio, vários são os "notáveis locais" que se afastaram do Coronel, o caso mais conhecido é o do juiz aposentado Agripino Almeida. (Entrevista com José Heráclio).

O Deputado Agripino foi muito ajudado pelo Coronel, era advogado e fez concurso para juiz. Com apenas dois anos de exercício da magistratura, no Governo de Amagenon Magalhães, Agripino solicita a Chico Heráclio sua intervenção, para que ele, o juiz, seja aposentado. O Coronel vai ao Palácio do Campo das Princesas e fala ao então Governador Agamenon Magalhães. Pergunta este último quanto tempo o Agripino tinha de exercício da função, e Chico responde: "dois anos". Agamenon Magalhães ficou estarecido e disse: "Chico, é difícil". Ao que o Coronel retrucou: "difícil é uma casa em cima da outra, vamos trocar de posição, que eu consigo aposentar Agripino". Agamenon Magalhães falou com seus assessores, explicando a pretensão de uma aposentadoria tão insólita. E Agripino que tinha sido sargento da Polícia Militar em 1935, teve até os dias de soldado devidamente computados. Há quem diga que contaram até os dias de escola de Agripino e este foi aposentado na qualidade de Juiz de Direito. Posteriormente, este viria a afastar-se do Coronel. Sobre o episódio, Chico Heráclio publica um boletim de esclarecimento aos limoeirenses, que está em ane



xo. (Anexo Nº 8). (Entrevista com Walter Heráclio. Abril de 1988).

O início dos anos 50 assinalam um acirrado debate sobre a questão agrária, vez que começaram a evidenciar-se as alterações nas relações de trabalho na zona rural. A expulsão do morador do interior da grande propriedade, a luta pela posse da terra, são temas e bandeiras de luta nas então emergentes Ligas Camponesas. Limoeiro não fica imune às discussões destas questões sociais. Como já dissemos, em 1954, sedia o Iº Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, debaixo da expectativa dos limoeirenses.

Ao nível das forças sociais internas, começa a se forjar uma nova mentalidade política, com alguns jovens como porta-vozes da época, que foi chamada da "Libertação". Libertação da força e da chefia política do Coronel Chico Heráclio. Dentre estes, destacava-se a figura de José Barbosa de Paula, que viria a tornar-se em inimigo político de Chico Heráclio, incompatibilidade ferrenha e assumida por ambas as partes. Cria-se a partir daí uma "oposição histórica" à política do Coronel. Zé Barbosa, como é conhecido, seria o candidato a derrotar Artur Correia, apoiado por Chico Heráclio, na disputa da Prefeitura de Limoeiro nas eleições de 1968. Pela primeira vez o Coronel perdia uma eleição municipal. Voltaremos mais detalhadamente à campanha de 1968, mais adiante.

Outros nomes viriam a ter papel relevante na política, na condição de "oposicionistas". Estes, na década de 50, abrigavam-se na UDN e, na década de 60, no MDB.

O velho Coronel orgulhava-se da sua fidelidade aos correligionários, ao PSD e aos seus princípios e modo de agir. Ele costumava dizer e repetir: "O Governo é Governo no quatro anos, e eu sou Chico Heráclio a vida inteira". (Entrevista com Walter Heráclio, Recife, Abril/1988).

Na disputa de 1958, no pleito ao Executivo Estadual, Cid Sampaio comparece às urnas como candidato das oposições unidas, o chefe de Limoeiro apóia Jarbas Maranhão, candidato do PSD.

Na qualidade de pessedista apaixonado, o Coronel fez campanha acirrada contra o udenista Cid. Embora soubesse, de antemão, da vitória deste último.

Na época da campanha, o candidato da oposição tenta conquistar a adesão do chefe limoeirense, utilizando na intermediação um filho deste último. Uma vez abordado, o Coronel apenas responde: "diga para ele comprar a roupa da vitória, pois já é Governador".

Jarbas Maranhão, candidato do Coronel, ganha dentro de Limoeiro, mas perde a nível do Estado. Durante todo o período do Governo de Cid Sampaio, Chico Heráclio continua desprestigiado. Mas como nos disse um entrevistado: "o velho Chico, mesmo por baixo, continuou a dizer o que quis e como quis".

O Estado, enquanto Poder Central, busca a legitimidade junto aos dirigidos. Mais do que a coerção, o Estado busca o "consentimento" dos governados e a "adesão" destes ao projeto das classes dominantes. Neste sentido, o Estado enquanto agente econômico e político, redefine suas estra

tégias, colocando em cena "personagens" diferentes, embora representando a mesma classe dominante.

A partir de um dado momento, o Coronel tradicional, com seus lances folclóricos e sua língua "solta", passa a ser incômodo.

A "Reforma Agrária" de Chico Heráclio é "cassada" pelo Banco do Brasil. Como já foi frisado, o Coronel comprava terras e retalhava a propriedade para revendê-la. Mas a compra, o Coronel fazia com dinheiro emprestado pelo Banco, empréstimo que ele pagava com o dinheiro recebido na revenda, obtendo é claro, lucro na transação. No momento do desprestígio do Coronel, o Banco do Brasil não mais lhe concede empréstimo para a transação de terras. A tendência crescente da ação do Estado de forma planejada a nível nacional impõe sobre a "totalidade uma lógica econômica compatível com o triunfo do bloco urbano-industrializado no País". (24)

A troca de compromissos entre Estado e Poder Local continuava a ser necessária, mas a "modernização" exigia parceiros mais identificados com as "mudanças dos tempos".

Quando eleito, depois da desapropriação do Engenho Galiléia, Cid recua, descarta as promessas eleitorais e os partidos de esquerda. Já indisposto com as chefias do PSD, faz um governo totalmente udenista. Como já dissemos no ítem anterior, na luta sucessória de Cid, os chefes pesedistas inteioranos, como de resto todo o PSD, apóiam o

(24) Marcel Bursztyn. O Poder dos Donos. p. 32.

candidato lançado pela Frente do Recife: Miguel Arraes.

Chico Heráclio, numa atitude de revanche às descriminações sofridas pelo Governo anterior, apóia o então candidato Arraes.

Mas decididamente os "tempos haviam mudado", mesmo tendo apoiado o Governador eleito, nem assim o velho Coronel volta a gozar das "benesses" do Executivo Estadual.

Arraes, tentando cumprir as propostas da campanha, cria as delegacias sindicais. O Sindicato Rural de Limoeiro é fundado em 1962. De início, teve sua origem respaldada pela Igreja, tanto que, o movimento sindical utilizava o prédio da matriz para reunir seus associados.

Posteriormente, os sindicalistas tentam "libertar-se" da influência da Igreja, e "aí partimos para construir nossa própria sede". (Líder Sindical e membro fundador da Associação de Limoeiro). A ação do Sindicato encontra ampla ressonância no meio rural. As questões dos trabalhadores rurais passam a ser intermediadas pelo órgão representativo da categoria e não mais "filtradas" pelo velho Coronel.

Segundo um informante que entrevistamos, o desenvolvimento dos meios de comunicação teria exercido um papel fundamental na gradual decadência do prestígio do Coronel Chico Heráclio. Parece-nos ingênuo reduzir a totalidade de fatores de ordem econômica, política e social que teceriam a "derrocada" do coronelismo a uma simples questão de "comunicação".

Mas há que se considerar as modificações propiciadas pela estrada asfaltada, ligando Limoeiro ao Recife, além de outras mudanças observadas no comportamento coletivo, ensejadas pela chegada do rádio, da televisão, etc.

A rodovia alfaltada data do Governo de Cordeiro de Farias (1954-1958).

A partir daí, multiplicaram-se a presença dos "coletivos" entre as cidades do Agreste Setentrional e a capital do Estado. O que permitiu que grande quantidade de jovens limoeirenses passassem a frequentar colégios e faculdades no Recife. O acesso a novas informações abrem o espaço para que se forjem novas concepções de mundo.

A instalação de uma emissora de rádio em Limoeiro, dirigida pela Empresa Jornal do Comércio S/A, teve um papel importante no rompimento do "isolamento" em que vivia a população do campo. A inauguração deu-se em outubro de 1952, passando a gerenciá-la até 1959, o jornalista Júlio Barbosa, e daí por diante, o professor José Menezes dos Santos. Ambos destacaram-se pela independência e imparcialidade com que veiculavam as notícias. Como nos disse o Professor Antonio Vilaça: "foram desbravadores de mentalidades".

Sobre a emissora, muito pouco poder exerceu o Coronel. Seus gerentes eram do Recife e tentavam esquivar-se das manipulações da trama local, resguardando a autonomia do veículo de comunicação.

Em 1964, com o Golpe Militar, o Poder Central

torna-se bastante centralizador e, pelo sistema de "intervenções", anula muitas áreas de prestígio das chefias locais. O então extenso município de Limoeiro é desmembrado em mais dois outros: Cumaru e Passira, ficando o município de Limoeiro bem mais reduzido. Foi uma medida que repercutiu no "enfraquecimento" do feudo heracliano. Com o desmembramento, a Fazenda Varjadas, onde residia o Coronel, passa a pertencer ao município de Passira.

Com a reorganização político-partidária, Chico Heráclio filia-se a ARENA e elege um filho Deputado em 1966.

Em 1968, desencadeia-se uma acirrada campanha eleitoral, na disputa da Prefeitura de Limoeiro. São dois os candidatos: Artur Correia de Oliveira, estreando na política e apoiado por Chico Heráclio, contra José Barbosa de Paula, inimigo político do Coronel.

A acirrada campanha culmina com a derrota de Artur Correia à Prefeitura de Limoeiro. Este acontecimento é o atestado maior do total desgaste da chefia política do Coronel. Em entrevista na cidade do Recife, disse o próprio Artur Correia: "ficou muito claro que, aquela altura, o Coronel estava completamente desgastado".

No pleito seguinte (1972), o candidato (Artur Correia) lança-se novamente à disputa da chefia da edilidade municipal, sendo eleito para seu primeiro cargo. Nesta oportunidade, o Coronel, envolvido com sérios problemas de ordem pessoal, quase não participa da campanha.

Entrevistamos comerciantes estabelecidos em Limoeiro, desde os tempos do Coronelismo. Todos foram unânimes em afirmar que o chefe não se intrometia nas atividades daqueles que vinham negociar na cidade: "ele procurava não intervir em Limoeiro, você podia vir de fora, abrir cinco lojas e ficar muito rico, o que ele não admitia é que interviessem no espaço político dele". (Entrevista com um antigo comerciante, Limoeiro, Setembro/1987).

A década de 70 encontrava Pernambuco, como de resto do País, bipolarizado em termos de partidos políticos: ARENA x MDB. O antigo PSD limoeirense "transfere-se" para a ARENA situacionista. A principal articulação do Coronel dentro do partido político é o Senador Paulo Guerra, sobradamente conhecido como porta-voz da oligarquia rural e opositor declarado à Reforma Agrária que o Governo postularia em 1972. Estamos nos referindo ao PROTERRA, Programa de Redistribuição de Terras, com outros programas da mesma época, foram apropriados pelos grandes proprietários de terra, reforçando não apenas a grande propriedade, mas marginalizando ainda mais o pequeno produtor.

A década de 70 assinala as mudanças que ocorreram na feição do Agreste Setentrional pernambucano. As modificações políticas, ideológicas e sociais que se fizeram sentir ao nível da super-estrutura, evidenciadas desde a década de 50, tiveram o seu conteúdo econômico devidamente perfilado nos anos 70.

O conteúdo da mudança econômica do Agreste foi a transformação do latifúndio em empresa rural.

Chico Heráclio, enquanto proprietário de terra, não se inseriu no processo modernizante na qualidade de em presário rural.

Enquanto político, não apreendeu nem a postura, nem o discurso adequados aos novos tempos. Morre em 1974, mas continua vivo na memória dos mais velhos, no "folclore" político do Estado. De uma forma ou de outra, ainda hoje é um "tema recorrente" na região nordestina.

Em seguida, alinharemos as conclusões, as quais conseguimos chegar em nosso trabalho.



## CONCLUSÕES

A base do poder local, no Nordeste, é, sobretudo, a propriedade fundiária e a organização das relações de trabalho que realizam-se sobre esta propriedade, define o conteúdo das formas que assumem as relações de poder, sobretudo, a nível local.

Mas a base econômica da dominação, por si só, não é suficiente. A relação entre o poder local e o poder estadual é também uma condição fundamental para a manutenção das diversas formas do mandonismo local.

Em nosso estudo de caso, ficou evidenciada a fragilidade do poder local, face ao executivo estadual. No caso de Limoeiro, o rompimento da "troca de compromissos" por parte do Governo Estadual com o Coronelismo tradicional, inviabiliza seu prestígio, levando a chefia local ao esvaziamento da sua dominação política.

Por outro lado, o Estado busca incessantemente a legitimidade junto aos seus governados, por ser um Estado de classe.

Utiliza a própria dominação econômica que se dá

a nível local, para garantir a hegemonia de uma classe sobre outra e, neste sentido, reforça, através do "político", a nível das instâncias da super-estrutura, o poder determinado na infra-estrutura da sociedade. O econômico e o político se interpenetram.

O Estado, no entanto, tenta "conciliar" ou "gerir" os conflitos entre classes. Neste sentido as instituições procuram responder às necessidades coletivas, adequando o "discurso", às políticas, às estratégias e ações, e às mudanças que se operam na sociedade.

E neste sentido, o Coronel tradicional é superado.

Poderíamos sintetizar a dominação do Coronel em sua fase áurea levantando os seguintes pontos:

- a violência e a proteção, como duas faces da mesma moeda, estiveram inextrincavelmente vinculadas e presentes no estilo pessoal do mando do Coronel, mesmo quando a violência não era de caráter físico, mas assumia a forma de imposição de sub-condições de vida aos outros;
- as pessoas sabiam o que se esperava delas. Havia uma preocupação de Chico Heráclio em comunicar-se com seus "chefiados" de forma direta e clara, daí a importância que ele dava aos seus boletins;
- as pessoas buscavam sobretudo a segurança, tal

vez o seu mais importante valor, para isto sa  
crificando outros valores, aos seus olhos, de  
menor importância, desde que tivessem a garan  
tia da "proteção" do Coronel;

- todos os entrevistados, embora admitindo ser  
Chico Heráclio um homem habilidoso, todos admi  
tiram também pairar um certo "receio" entre os  
chefiados do Coronel. O medo, de uma possível  
represália, que jamais seria perpetrada pelo  
chefe, mas utilizada como um último recurso  
por seus "cabos eleitorais" que, possivelmen  
te, agiam de acordo com seus próprios métodos.

Quando redefine-se a relação poder local/executi  
vo estadual, a proteção dada pelo Coronel passa a ser insu  
ficiente, passando, desta forma, sua autoridade a ser ques  
tionada pelos seus chefiados.

Por outro lado, o surgimento dos movimentos so  
ciais e a organização dos partidos políticos criam condi  
ções para que o homem do campo saia da sua subjetividade  
individual e passe gradativamente a uma situação objetiva  
de parte do coletivo. Neste sentido, a proteção que é fun  
damental na dominação pessoal é substituída pelas lutas co  
letivas, no bojo das associações, dos sindicatos, etc.

Na área pesquisada, o poder local continua exis  
tindo, assentado sobre a propriedade da terra, mas não mais  
exercido por velhos e "folclóricos" coronéis.

Os novos chefes locais são agropecuaristas com

pletamente inseridos no processo de capitalização crescente das atividades agrícolas e da pecuária.

São proprietários com mentalidade empresarial, mesmo quando mantêm relações "atrasadas" de trabalho, como aquelas que são consubstanciadas nas figuras do parceiro, foreiro ou morador.

A propriedade da terra continua a cumprir um duplo propósito na região: garantir a dominação econômica e a política.

A N E X O S

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM  
TRABALHADOR RURAL

1. Nome:
2. Número de Filhos:
3. De onde veio:                      Se já teve terra?
4. No Passado: quais eram as condições de trabalho?  
formas de pagamento?  
por que motivo saiu da fazenda?  
o motivo?  
recebeu indenização?  
o que pensa do tempo em que esteve na fa  
da?
5. No Presente: Foi trabalhar onde?  
Onde trabalha?  
Há quanto tempo está no emprego (rotativi  
dade?  
Como é arregimentada a "mão-de-obra"?  
Tem gato?  
Trabalha para grandes ou pequenos proprie  
tários?  
Como é a forma de pagamento?  
Recebe salário indenização, 13º salário?  
Ou existe outra forma de pagamento?  
Outros membros da família trabalham?  
Em que condições?  
Tem outras fontes de renda (artesanato, dim  
-dim)

Tem terra prá botar roçado? Tem diminuído esta terra?

Como vê a situação em relação à fazenda?

Em quem votou nas últimas eleições para Deputado Federal, Estadual e Governador?

Por que?

Tinha cabo eleitoral nas vizinhanças? De quem?

Recebeu alguma coisa, de algum político?

Se votaria agora nos mesmos candidatos?

Por que?

O que acha do atual Prefeito e Vereadores?

É filiado do Sindicato?

É filiado a algum partido político?

Faz parte de alguma associação?

Aos mais Velhos: Como viu o tempo de C. H.?

Qual a diferença entre os velhos tempos e os tempos atuais?

Como era a campanha eleitoral?

Como era o dia da eleição?

O que lembra do cabo eleitoral?

Lembra algum "causo" que queira contar

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIO RURAL

1. Nome:

2. Endereço:

3. Nome da Propriedade:

4. Onde nasceu?

Pais fazendeiros?

De onde eram?

Quais as propriedades? dos pais?

Quais as propriedades dele?

Tem irmãos? O que fazem?

Como chegou a ter acesso a essas propriedades? Compra? Herança?

Casou com alguém da região? Família?

Já tinha propriedade? (A esposa).



Tem outros bens? Investe em outras coisas além da terra?

Comércio?

Indústria?

Tem outras firmas? Caracterizar.

Arrenda terra?

Recebe arrendamento?

Exploração agrícola e pecuária?

Desde quando? Quantidade?

Fez reflorestamento? Recebe incentivo da SUDENE?

Como viabiliza a produção? Crédito Agrícola do BB, de outros Bancos, SUDENE.

Tecnologia que emprega:

Gado - utiliza pasto natural ou plantado

- dá ração

- utiliza técnicas de inseminação artificial?

- vacina o gado? A fazenda tem veterinário?

- hormônio?

Se o gado é de leite - qual a produção de leite por dia?

Comparece a feira de gado?

Se candidata a prêmios nas exposições?

Produção Agrícola: qual o principal produto agrícola?

Qual a produtividade?

Usa Herbicidas?

Usa Fungicidas

Adubo? Animal ou Químico?

Sementes Seleccionadas?

O que vende? Onde? A quem vende?

Os empregados ganham salário/dia/produção?

Moram na fazenda? Quantos?

Quantos moram fora?

Sempre foi assim?

Preferência morador x assalariado ("alugado", "volante")?

O senhor mora na fazenda? Tem gerente? Tem capataz? Tem administrador na fazenda?

Já candidatou-se a algum cargo eletivo?

Quais os Deputados que apoiou na última eleição?

Apoiou qual candidato a Governador?

Quais parentes cumprem mandato eletivo?

Considera-se chefe político? Tem influência na política da região? Em que municípios? E no Estado? Qual sua influência na escolha de cargos administrativos, municipais, estaduais e federais?

Na época de maior influência de Chico Heráclio apoiava ele ou não? A quem apoiava?

Segundo ele, quando começa a decair o prestígio de Chico Heráclio e porque?

Acha que hoje em dia tem lugar para um tipo de liderança como a de Chico Heráclio.

Quais as mudanças que acredita estarem ocorrendo em Limoeiro no que diz respeito à política, sobretudo em relação ao tempo do Coronel?

Como vê a eleição de José Artur em Limoeiro e de Edelson em Passira?

Sabe como e quando começaram os Sindicatos em Limoeiro?

O que acha que os Sindicatos estão fazendo?

Na época de Chico Heráclio havia Sindicato?

Qual a relação de C. H. com o Sindicato?

Há Sindicato patronal?

Pertence ao Sindicato Patronal?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM POLÍTICO

1. Nome Completo:
2. Cargo Atual:
3. Nome da Esposa: De onde é?
4. Número de Filhos? Algum deles também é político?
5. Número das propriedades - nomes - localização - tamanho - compradas? - Herdadas?
6. Qual o tamanho das propriedades?
7. O que produzem? O que vende? A quem? Onde?
8. Número de empregados e forma de organização do trabalho?
9. Em que ano foi eleito pela primeira vez - Para que cargo?
10. Quantos e quais mandatos já exerceu? Por quais partidos?
11. Era Arena?
12. Qual a importância de Chico Heráclio no panorama político local e estadual?
13. Como foi a atuação de Chico Heráclio no antigo PSD?
14. Em 1954, Chico Heráclio rompe com Etelvino Lins, o que o senhor sabe sobre este acontecimento?
15. Quando começa o declínio político de Chico Heráclio?
16. Chico Heráclio apoia Arraes em 1962, depois rompe com o Governador eleito? Por que?
17. Como Chico Heráclio consegue sobreviver politicamente após o Golpe Militar de 1964?
18. Como Chico Heráclio posiciona-se frente às Ligas Camponesas?
19. O senhor considera-se um chefe político?
20. Quais os atuais chefes políticos de Limoeiro?
21. Quais as maiores diferenças entre os chefes políticos do passado e os atuais?

22. O que mudou na política de Limoeiro?

23. Como vê a ação sindical em Limoeiro?

24. Existem novas forças políticas em Limoeiro? Quais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O FILHO DO CORONEL

1. Nome:
2. Endereço:
3. Nome da Esposa: De onde?
4. Nome dos Filhos? São proprietários de terra?
5. As propriedades foram herdadas ou compradas?
6. Dizem que o senhor ainda arrenda a "terra pela palha" co  
mo é isto?
7. Ainda tem morador? Prefere o morador? Ou o volante? Por que?
8. Qual a principal produção das suas propriedades? Exploração  
agrícola ou pecuária?
9. Nas suas terras planta-se agricultura de subsistência ou o  
capim para o gado?
10. Desde quando suas propriedades transformaram-se em empresas  
rurais?
11. Utiliza: fertilizantes  
fungicidas  
adubos  
tratores
12. Faz reflorestamento? Recebe incentivo da SUDENE?
13. Como viabiliza a produção? Crédito Agrícola do BB? De outros  
Bancos? SUDENE?
14. Tecnologia na agropecuária
  - Utiliza pasto natural ou plantado
  - Ração

- Técnicas de inseminação artificial?
  - Técnicas de Vacinação
  - Hormonio
15. Já candidatou-se a algum cargo eletivo?
  16. Considera-se um chefe político?
  17. Quais os chefes políticos atuais de Limoeiro?
  18. Lembra-se da atuação política de Chico Heráclio?
  19. Algum fato bem curioso, ainda não publicado, que mostre a forma de atuação do Coronel?
  20. Quando Chico Heráclio deixa de ter influência?
  21. Como o senhor explica que em 1952 o candidato de oposição tem 0 e em 54 perde?
  22. Por que Chico Heráclio rompe com Etelvino Lins em 1954?
  23. Por que na década de 60 C. H. rompe com Arraes?
  24. De que modo o Golpe Militar de 64 afetou o prestígio de Chico Heráclio?
  25. Em que ano morreu C. H. ? Como político ele ainda tinha prestígio?
  26. Considera-se a vitória de José Artur, para Prefeito de Limoeiro, como uma vitória da oposição, ao poder mais conservador?
  27. O que mudou na política atual de Limoeiro?
  28. Quais as novas forças políticas de Limoeiro?
  29. Como vê a ação Sindical em Limoeiro?



RELAÇÃO DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS - LIMOEIRO

Anexo nº 5

Proprietário	Endereço	Classificação	Tamanho/ha	Assalariados
Fazenda Reunidas Otaviano Duarte	Fazendas Reunidas Cumbe	- latifúndio por exploração	227,3	5
	Margem da PE - 150 Limoeiro	- latifúndio por exploração	176,6	5
		- Latifúndio por exploração	1527,6	41
		- Latifúndio por exploração		16
			3612,1	67

Um segundo proprietário tem cadastrado três estabelecimentos, dois como empresa rural e um como latifúndio por exploração, conforme quadro abaixo.

Proprietário	Endereço	Classificação	Tamanho/ha	Assalariados
José de Moraes Heráclio	Fazenda Escuro Limoeiro	- Emp. Rural	454,4	8
		- Emp. Rural	73,0	-
		- Latifúndio por Exploração	30,0	-
			557,4	8

Os demais proprietários, classificados como grandes proprietários, têm seus estabelecimentos cadastrados enquanto empresa rural, conforme quadro abaixo.

Proprietário	Endereço	Classificação	Tamanho/ha	Assalariados
José Porfírio de Andrade Moraes	Av. Dantas Barreto 507 - Recife - PE.	Empresa Rural	461,1	30
Luiz Gomes Maranhão	R. Ernesto de Paula Santos - 168 - Aptº 1302 - Boa Viagem. Recife - Pe.	Empresa Rural	1113	30
Maria Carolina Salazar Moraes	Não declarado	Empresa Rural	577,8	18
T O T A L			2.151,9	78

PROPRIEDADE/PROPRIETÁRIO - PASSIRA

Anexo nº 6

Proprietário	Endereço	Classificação	Tamanho/ha	Assalariados
Algodão Palmeirense S/A.	Av. Capibaribe - Limoeiro	Emp. Rural	700	-
Florentino Cipriano Medeiros	Não consta endereço	Cancelado	850	-
Francisco de Moraes Heráclio	Fazenda Varjadas	Emp. Rural	1210	16
Inácio Dutra Duarte	Av. Capibaribe S/Nº Escritório da IRODUSA Limoeiro	Empresa Rural	435	13
		Minifúndio	5,0	1
		Emp. Rural	371	8
		Lat. por Exploração	214	7
		Minifúndio	2,4	1
		Emp. Rural	234	6
		Emp. Rural	132	6
Ismar Gomes de Amorim Filho	R. dos Navegantes nº 1353 Recife - Pernambuco.	Minifúndio	4,8	1
		Emp. Rural	36,0	4
		Minifúndio	4,0	1
		Empresa Rural	700	-
<b>T o t a l</b>			<b>5368</b>	<b>64</b>

Quanto a Passira 1 módulo fiscal corresponde a 35 ha. No quadro temos os dados referentes à "Grandes Propriedades": nomes dos proprietários, endereços, classificação e tamanho das propriedades e número dos assalariados.

A área total de Passira é de 28 225,1 ha, o número de imóveis é de 1526, no entanto apenas cinco proprietários constam no cadastro do INCRA como grandes empresários.

No município de Salgadinho a área é de 5 057,7, figurando duas grandes propriedades, conforme quadro abaixo.

Anexo nº 7

Propriedade/Proprietário - Salgadinho

Proprietário	Endereço	Classificação	Tamanho/ha	Assalariados
Gustavo Krause	R. Melquisedeque de Lima 220. Torre - Recife - Pe.	Empresa Rural	474,5	17
Manoel Barbosa da Silva	Fazenda São Vicente - Salga dinho.	Latifúndio por exploração	500	2

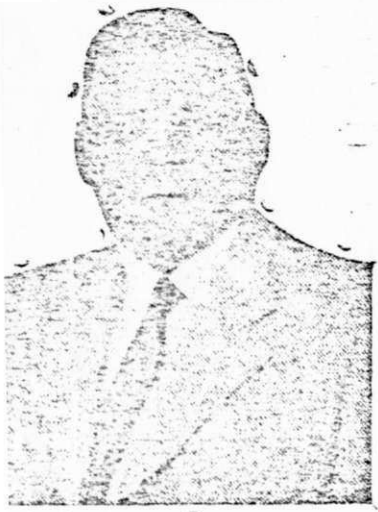
Em Salgadinho o número de imóveis é de 212.

Anexo nº 8

O município de Cumarú tem área total de 25 555,6 ha. com um total de imóveis de 1 185. Apenas um proprietário enquadra-se como detentor de Grandes Propriedades.

Propriedade/Proprietário - Cumarú

Proprietário	Endereço	Classificação	Tamanho/ha	Assalariados
José Higino Correia de Oliveira	-	Empresa Rural	700	20



a conversar para o povo dizendo que muitos que não sabem saber.

O Governo de Etelvino Lins, e Limoeiro era unido, havia amizade e confiança. Todas as queparapariavam eu resolvia amigamente, ficando todos satisfeitos e um ponto de Agripino Almeida já e vindo advogar em Limoeiro para uma só causa para advogar do do contra comigo, dirigiu-se pois sabia que Vilaça era meu amigo, pediu então para aderir. Meu apherreio de vida o fiz logo dos presos pobres. Ele sendo na advocacia, entendeu de fazer curso para Juiz de Direito, vendo passava, pediu para eu falar Governador Barbosa Lima, falei passou no "pau do canto," pediu para não ser nomeado para o Juiz, sendo então nomeado como Juiz de Direito de Manissobal.

Agamenon Magalhães foi eleito Juiz, Agripino muito bom e eniador a emenda do que o soneto, espachos como Juiz de Direito lesastre, e ainda por cima era egulçoso. Sabendo que o Dr. Agripino não me negava um pedido, de se aposentar antes de completar 25 anos de Juiz. Aí foi muito

pesado, Vilaça como Prefeito, ele falou com Vilaça para praticar uma indignidade: atestar como ele já tinha muitos anos de serviço, de maneira que desse para se aposentar juntando com os dois anos de Juiz que já tinha. Julgava que Vilaça era da qualidade dele para praticar uma indignidade dessa natureza. Arranjou, mas não aqui, em outros lugares, onde eu não sei. Por esse motivo ele ficou intrigado de Vilaça por uns dias.

É um triste este homem.

A meu pedido o Governador Agamenon Magalhães fez esta grande indignidade em seu governo, aposentar Agripino Almeida. Ainda hoje tenho remorsos de ter exigido essa indignidade do Governador.

Eu era administrador do Matadouro Público e Agripino me pediu para eu botar o irmão Valdemar do Almeida no meu lugar, pedi então ao Governador, E ele me respondeu: "Chico, você ainda exige que eu pratique mais uma indignidade?" Você não sabe que quatro deputados se rebelaram e me deixaram? e Constâncio sabendo disso, substituiu os quatro voltando à administrador do Matadouro! Como é que você me pede uma coisa dessa?"

Eu endureci e o Valdemar foi nomeado. Outra injustiça que fiz com o Governador, para satisfazer a vontade de Agripino.

Até meus vencimentos do Matadouro, eu passei uma procuração para Agripino receber, somente para ajudá-lo.

Quando ele estava no hospital, na sua briga com o Dr. Oswaldo Lima, eu fui quem peguei as despesas.

O bom é como eu vou contar para vocês como Agripino me pagou todos esses benefícios que eu fiz à sua pessoa.

Como já disse antes, havia em Limoeiro um clima de confiança e lealdade, e vocês julguem qual o mais safado e traidor dos dois: Agripino Almeida ou Etelvino Lins.

A votação de Etelvino Lins para Governador no município de Limoeiro foi

de 6.664 votos, contra 47 do seu opositor. É verdade o que eu disse antes, que havia confiança e união?

Pois bem, diante o exposto, sabem o que o traidor baixo e indecente Agripino Almeida fez junto à Etelvino Lins? Com que me pagaram pelo que eu fiz, tanto Agripino como Etelvino?

Pagaram os meus esforços. Ainda hoje estou para saber o motivo de Etelvino Lins botar o Cel. Higino aqui para me esbaçoar juntamente com os meus amigos.

Achando que o Cel Higino não estava cumprindo as ordens por completo, promoveu então Jesus à Capitão. Jesus estava com um processo aberto em Limoeiro de crime de morte. Etelvino disse à Jesus: "Ganhe a eleição em Limoeiro, que eu lhe promovo à Major".

Imaginem, um tipo indecente de custeleta como Jesus, essa hiena, o que não pintou comigo e meus amigos para ser promovido. E ainda por cima, Agripino insultando para ele fazer mais. Foi um terror. Os assassinatos ocorriam diariamente na base de dois ou três Agripino com o seu guarda-costas José Soares que assassinou barbaramente um pai de família que deixou 14 filhos, em um dia de festa, quando o pobre ia se santanda para almoçar, passou-lhe uma bala de rifle na testa, depois botou o rifle na maçoneta da sela como no Riacho do Navio há cinquenta anos atrás, chegou para Agripino e disse: "Pronto compadre, o serviço está feito."

Mandou também assassinar o Sargento Eduardo do Rádio-Telégrafo, traiçoeiramente, porque ele censurou as injustiças que Agripino estava cometendo. Mais tarde mandou matar quem assassinou o Sargento Eduardo. Perguntem se o Capitão Jesus mandou abrir inquérito neste sentido? Era tudo combinado!

Dias depois foi assassinado Nininho que era cabra de confiança de Agripino, por um seu guarda-costas Alemão. Alemão foi linchado no meio da rua. Jesus abriu inquérito? Não.

Quiseram abrir inquérito contra mim. Prenderam uma irmã de Alemão, três dias dando bacalhau para ela comer sem lhe dar água, para que ela confessasse que fui eu quem tinha mandado matar Nininho. Esse foi o inquérito que abriram.

Tudo isso não foi nada, serviço foi quando combinaram o meu assassinato, Jesus, Agripino, o Juiz, e todos da curriola deles.

Jesus telegrafou para o Governador: "Agora mesmo sigo para uma diligência no sul do Estado", e passou o exercício à um amarelo, o cabo Menezes, ficou combinado que o amarelo partisse para os Poços levando consigo Cafimfim de Malhada, pois ia haver um comício naquela localidade e seria lá onde me assassinariam.

Agripino levou o Juiz, o escrivão e os demais componentes daquela coruja criminosa, na certeza de me assassinarem.

Minha única companhia naquele dia foi Nosso Deus Todo Poderoso. Digo assim porque levei o chofer e na hora H me achei só, dentro do carro, o chofer tinha desaparecido. Resultado, quando pulsei fora do carro, graças a Deus correu todo mundo. Até uns parceiros de Agripino que foram à cavalo, montaram sem se lembrar de desatar os amarrados dos cabrestos, cortando os mesmos de face. O Juiz e a curriola de Agripino correram para um bêco para se aguardar, até mesmo o amarelo Menezes e a fera Cafimfim. Não foi mesmo Deus e N Senhor que estavam na minha companhia? Queriam esse clima de terror para dismantelar a união e a confiança que havia entre mim e os meus amigos. Mesmo assim há 43 anos ainda não perdi uma eleição em Limoeiro, porque? porque só procuro fazer o bem por isso Deus me guia para a felicidade. Atualmente Agripino vive emacanhado, alelado pela rua, chorando, com os ouvidos arrolhados, passando por doido. Estão vendo o resultado de quem pratica o mal? Eu graças a Deus, com 80 anos de idade nem caduco estou.

FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO

## BIBLIOGRAFIA

Antonio Vilaça. Histórias que Limoeiro Conta. Edições Arquinedes. Rio de Janeiro, 1971.

———. À Sombra de Dois Pinheiros. Edições Arquinedes. Rio de Janeiro, 1973.

Antonio Lavareda e Constança Sã. (Orgs.) Poder e Voto: Luta Política em Pernambuco. Editora Massangana. Recife, 1986.

Bernardo Sorj. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1980.

Dulce Chaves Pandolfi. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Editora Massangana. Recife, 1984.

Fernando Antonio Azevedo. As Ligas Camponesas. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

Francisco de Oliveira. Elegia para uma Re(li)gião. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1981.

Juarez Rubens Brandão Lopes. Do Latifúndio à Empresa. Editora Vozes, Cadernos CEBRAP. nº 26. São Paulo, 1981.

Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas. Volume 3. Edições Alfa Omega. São Paulo.

Luciano Gruppi. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Graal Editora. Rio de Janeiro, 1980.

Maria Isaura Pereira de Queiroz. O Campesinato Brasileiro. Editora Vozes. Petrópolis, 1976.

———. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio. Ed. Alfa Omega. São Paulo, 1976.

Manuel Correia de Andrade. A Terra e o Homem no Nordeste. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

———. Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Coleção Agricultura e Sociedade. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1983.

Maria Auxiliadora de Sá. Dos Velhos aos Novos Coronéis. PIMES. Recife, 1978.

Marcos Vinícios Vilaça. Coronel, Coronéis. Editora Universidade de Brasília. Rio de Janeiro, 1978.

Marcel Bursztyn. O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

Michel Foucault. Microfísica do Poder. Graal Editora. Rio de Janeiro, 1979.

Peter Bachrach. Power and Poverty: Theory and Practice. Oxford University Press. New York, 1972.

Raymundo Faoro. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Editora Globo, Porto Alegre, 1976.

Raimundo Moreira. O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

Reginaldo Heráclio. Chico Heráclio, o Último dos Coronéis.  
Recife, 1978.

Tereza Sales. Agreste, Agrestes: transformações recentes  
na Agricultura Brasileira. Editora Paz e Terra. Cader  
nos CEBRAP. Rio de Janeiro, 1982.

Victor Nunes Leal. Coronelismo, Enxada e Voto. Editora Al  
fa Omega. São Paulo, 1975.

#### ARTIGOS

Décio A. M. de Saes. Coronelismo e Estado Burguês: elemen  
tos para uma reinterpretação. In: Estudios Rurales Lati  
no Americanos. Vol. 1, nº 3.

Moacir Palmeira. Casa e Trabalho: Nota Sobre as Relações  
Sociais na "Plantation" Tradicional. In: "Contraponto". Cen  
tro de Estudos Noel Nutels. Nº 2. Rio de Janeiro, 1977.

—————. A diversidade da luta no campo: luta camponesa  
e diferenciação do campesinato. In: "A Igreja e a Ques  
tão Agrária. (Org. Vanilda Paiva). Ed. Liola. São Pau  
lo, 1985.